

The Project Gutenberg eBook of Noites de insomnia,  
offerecidas a quem não póde dormir. Nº 12 (de 12)

This ebook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this ebook or online at [www.gutenberg.org](http://www.gutenberg.org). If you are not located in the United States, you'll have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

Title: Noites de insomnia, offerecidas a quem não póde dormir. Nº 12 (de 12)

Author: Camilo Castelo Branco

Release date: February 27, 2009 [eBook #28207]  
Most recently updated: January 4, 2021

Language: Portuguese

Credits: Produced by Pedro Saborano (produced from scanned images of public domain material from Google Book Search)

\*\*\* START OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK NOITES DE INSOMNIA, OFFERECIDAS A QUEM NÃO PÓDE DORMIR. Nº 12 (DE 12) \*\*\*

BIBLIOTHECA DE ALGIBEIRA

---

# NOITES DE INSOMNIA

OFFERECIDAS

A QUEM NÃO PÓDE DORMIR

POR

Camilo Castello Branco

---

PUBLICAÇÃO MENSAL

---

N.º 12—DEZEMBRO

---

**LIVRARIA INTERNACIONAL**

ERNESTO CHARDRON  
*96, Largo dos Clerigos, 98*  
**PORTO**

DE

EUGENIO CHARDRON  
*4, Largo de S. Francisco, 4*  
**BRAGA**

---

1874

---

PORTO

TYPOGRAPHIA DE ANTONIO JOSÉ DA SILVA TEIXEIRA

68—Rua da Cancellia Velha—62

## BIBLIOTHECA DE ALGIBEIRA

## NOITES DE INSOMNIA

## SUMMARIO

*O que eram frades — Quem desterrou José de Seabra da Silva? — D. João 4.º e as regateiras — Fielding — Mania e hypocondria — Aos diplomatas descontentes — Bibliographia — O ultimo carrasco, pelo exc.<sup>mo</sup> snr. visconde de Ouguella — O horror da demencia — Restauração de um documento historico valioso — A dança — Fim*

## O QUE ERAM FRADES

Houve-os de santa vida, que prégarão o evangelho dos bons exemplos, e deixaram na terra vestígios do martyrio—o grande martyrio do coração abafado e morto na estamemha do habito; e d'esses alguns deixaram livros divinos, desde o pensamento até á linguagem. Ganharam assim duas eternidades luzentissimas: a do seio de Deus, e a benção dos que, n'este mundo tão outro e tão estrondeado do caboucar do progresso, alta noite, os estudam á lampada solitaria do seu ermosinho, onde sorri a paz, porque a inveja lá não entra.

Houve-os, tambem, frades funestos que escavaram com pulso sacrilego a sepultura dos bons no atascadeiro da politica; e a politica, na hora em que póde arpoal-os, na torrente dos seus enxurros, atirou-os, bons e maus, ao monturo das instituições podres e pestilenciosas.

O descredito das ordens monasticas é quasi coevo da sua instituição. Os santos padres, os concilios, as communas, os poderes civis lavraram desde os primeiros seculos protestos formidaveis contra as religiões alheias do primitivo espirito do seu instituto. A volta do seculo XVII, os mosteiros em Portugal, desatados do vinculo da humildade, e cegos da sua opulencia e authoridade no animo dos principes, haviam tocado o cairel da voragem. E logo que, depois da perda de D. Sebastião, a guerra civil fermentou nos bandos faccionarios dos pretendores ao throno, e a corôa resvalou da frente do cardeal-rei, a fradaria sahiu dos seus cenobios, e saltou para as praças e arraiaes arrancando a espada do talabarte que cingia o habito.

Reportando-se aos indisciplinados frades d'esse tempo, referem as historias que, no anno 1580, se passou um escandaloso motim no mosteiro dos Jeronymos de Belem. Rebello da Silva repete assim o caso com as particularidades noticiadas por *Conestagio*:

«Os monges do mosteiro de Belem, da ordem de S. Jeronymo, vendo o reino sem monarcha, as justiças sem respeito, e os abusos sem castigo, intentaram tambem prevalecer-se da desgraça do tempo para vingarem antigas queixas.

«Usando dos poderes de principe e da authoridade ecclesiastica de legado pontificio, e violando a regra e observancia monastica, o cardeal D. Henrique tinha arrogado a si a nomeação dos prelados da casa. Pareceu apropriada aos padres a conjuntura para sacudirem o jugo; e juntos em communidade foram bater á porta da cella de fr. Manoel de Evora, que exercia as funcções de provincial. Abriu-lhes, sobresaltou-se, e acabou de cair das nuvens, quando lhe disseram que se demittisse logo, porque não tendo sido eleito em capitulo, era nulla a sua jurisdicção, competindo-lhes a elles prover, e designarem por suffragio quem os havia de governar.

«Resistiu; altercaram; lançou-lhes em rosto a demasia e a desobediencia, clamaram; negou-se positivamente a consentir, e viu-se de repente maltratado das mãos dos subditos, preso e encarcerado em um celleiro.

«Achou modo de avisar os parentes, uniram-se e supplicaram ao nuncio, Alexandre Frumento, que se interpozesse, obrigando os frades a soltarem e reconhecerem o seu prelado.

«Responderam com soberba, que o nuncio não era seu juiz. Foi necessario recorrer ao braço secular. Informados de motim tão escandaloso e offensivo da humildade religiosa ás abas da capital, os governadores do reino mandaram aos ministros da cidade, que fossem executar a sentença apostolica acompanhados de tres bandeiras de soldados.

«A resistencia dos padres não diminuiu. Cerraram as portas do mosteiro, deixaram as da igreja abertas, e de dentro das grades do côro na capella-mór respondiam, cantando os officios divinos, ás advertencias e admoestações dos magistrados.

«Por fim a paciencia exauriu-se; a tropa entrou no templo, e arrombou a grade do côro, que era de pau. Seguiu-se um verdadeiro alvoroço; os guardas forcejando por prender os monges; estes esquivando-se em tropel, ou a um e um, e oppondo as armas espirituaes ás temporaes, bullas, crucifixos, ceriaes, tocheiros, monitorias e excommunhões ao pulso vigoroso dos perseguidores.

«A final, cercados e rendidos, foram quasi arrastados em triumpho pelos vencedores ao celleiro aonde jazia o provincial captivo, e para maior desgosto tiveram de lhe beijar a mão em publico e de ajoelhar aos seus pés como subditos arrependidos. Entretanto não se submeteram sem o protesto de que cediam constrangidos pela força, e de que appellariam do nuncio de Roma.»

Até aqui o distincto historiador.

Porém, outras causas que vou contar motivaram a insurreição dos monges contra o seu prelado.

Eu não me assombrarei se o leitor me atalhar o enthusiasmo, com que pretendo illustrar-o, dizendo-me no arrugar da sobrancelha que se dispensa de saber profundamente as causas que amotinaram uns frades ha duzentos e noventa e quatro annos. Todavia, em menoscabo dos meus credits de escriptor futil, insto no esclarecimento d'este episodio de abastardamento do heroico Portugal, que Luiz de Camões cantára.

O documento, que vou publicar e nos alumia o escuro caso, nunca esteve em mão dos que escreveram a historia.

D. Christovão de Moura não perdia lanço de remover estorvos á usurpação de Philippe II. Acudia prompto com a corrupção onde quer que palpitasse coração portuguez. Se a peçonha do ouro não vingava ulcerar as consciencias, empregava a persuasão dos direitos de Philippe, mediante a eloquencia de jurisconsultos castelhanos e nacionaes.

Sabia o confidente do rei de Hespanha que a maioria dos mosteiros pendia ao duque de Bragança, ou ao prior do Crato; e, entre os mosteiros mais temiveis na propaganda a favor de monarcha portuguez, estremava-se, quando o cardeal-rei falleceu, o convento do Belem.

Urgia-lhe, pois, influir no espirito d'aquelles monges com a eloquencia de varões authorisados, que submettessem á lei e á justiça as demasias peccaminosas de um patriotismo incongruente com a legitima soberania.

Vieram de Castella dous frades bem apositados ao intento; e, como fossem da mesma ordem, hospedaram-se em Belem.

O cardeal D. Henrique morrera no ultimo de janeiro de 1580, e já a 10 de fevereiro os dous frades castelhanos colhiam na rede da sua rhetorica o cardume das consciencias dos frades Jeronymos, a occultas do prelado fr. Manoel de Evora, cujo affecto aos Braganças era inflexivel.

Não obstante o segredo com que os commissarios de D. Christovão de Moura corrompiam o mosteiro, fr. Manoel de Evora deu tento da perfidia, e intimou a sahida aos frades forasteiros. Não lhe obedeceram, animados á rebeldia pela contumaz defeza da communitade. O prelado desobedecido deu conta do estranho successo aos governadores do reino, que demoravam em Almeirim. Os cinco governadores, eleitos pelo defunto cardeal, immediatamente ordenaram a expulsão dos dous monges castelhanos, em um aviso que eu possuo autographo, escripto por mão do arcebispo de Lisboa, e assignado pelos seus quatro collegas D. João Mascarenhas, Francisco de Sá, D. João Tello de Menezes, e Diogo Lopes de Sousa.

A carta é do seguinte theor. Nem lhe altero a orthographia nem a parcimonia da pontuação:

*Os guovernadores e defensores destes Reynos e senhorios, fazemos saber a vos Reverendo padre presidente do conuento de nossa sôra de Belem da ordê de saõ Jeronimo, que a ese conuento saõ cheguados dous frades da vosa orde castilhanos, e pello que delles se tem entendido e do seu yntento, não conuem á quietação destes Reynos estarê n'elles, pello que tanto que vos esta for dada lhes mandareys cõ obediencia, ou da maneira que vos parecer, e isto mais eficazmente se possa comseguir que demtro em dois dias se sayã fora da cidade e seu termo, e demtro de oyto se sayã fora do Reyno, porque não o fazendo e sendo n'elle achados seraõ castigados como merecerê, e avisareis a todas as cassas da vossa orde que yndo a elas ter estes frades com tenção de fazer mays detença que os ditos oyto dias os não recolhaõ nem aguasalhê e o façã a saber ao corregedor da comarca ou juiz de fora do lugar omde estiverê para niso proceder da maneira que o poder fazer e que volo faça loguo a saber, de que tambem nos avysareis e do mays que delles tiuerdes emtendido por que asy conuê. Scryta em almeirỹ a 16 de fevereiro de 580. Arcebispo de Lisboa. D. João Mascarenhas. Francisco de Sá. D. João Tello de Menezes. Diogo Lopes de Souza<sup>11</sup>.*

Tirantes o arcebispo e D. João Tello de Menezes, os governadores signatarios d'esta ordem, poucos mezes depois eram escravos submissos de Christovão de Moura; ainda assim, é justo presumir que em fevereiro de 1580, expedindo tão severa ordem contra os emissarios de Philippe II, mantinham ainda a honrada energia digna d'aquelle D. João de Mascarenhas—o defensor de Dio!

Como quer que fosse, a ordem da regencia transmittida pelo prelado aos seus conventuaes, produziu a rebellião descripta por Rebello da Silva, de pag. 361 a 363 do tomo II da *Historia de Portugal*. Se o leitor quizer marginar o seu exemplar com o resumo d'esta noticia tem preenchido a lacuna; e, se por curiosidade, quizer vêr o documento justificativo, mostrar-lh'o-hei com outro mais valioso de que vou dar-lhe traslado.

Havia n'aquelle tempo um grande fidalgo chamado D. Pedro da Cunha, antigo governador de Ceuta, general das galés que defendiam a costa do Algarve, e capitão-mór do reino quando D. Sebastião passou a Africa. Este era pai do celebrado arcebispo D. Rodrigo da Cunha.

O ancião, tão querido de D. João III, e respeitado do infeliz de Alcacer-kibir, foi ainda bemquisto do cardeal até á hora em que se manifestou contra Castella; e, governando as armas em Lisboa, ameaçou repellir das suas muralhas o rei estrangeiro, se D. Henrique deixasse a corôa portugueza ao castelhano.

Os governadores, nomeados no testamento do cardeal, veneravam D. Pedro da Cunha, e solicitavam-lhe o beneplacito, indo ao encontro da sua vontade com mercês e promessas de maiores galardões. Porém, no modo como o faziam, transluzia-se o muito respeito que lhe tinham, e o tino com que se esquivavam a melindrar-lhe a dignidade.

É o que se vê de uma carta original que Diogo Lopes de Sousa lhe envia, desde Almeirim, aos 23 de abril de 1581. A copia é textual. Veja-se como escrevia um dos homens illustres d'aquelle tempo, o regedor das justiças, e governador da casa do Porto, o antepassado que tão grande parte foi no luzimento e nos haveres dos condes de Miranda, dos marquezes de Arronches e dos duques de Lafões. E tamanho varão escrevia assim:

*Sñer. Oje sábado receby de v. m. e loguo maõdey<sup>[2]</sup> pedir a bastião<sup>[3]</sup> dias a portaria, maõdoume<sup>[4]</sup> esa dos dosemtos mil reis de temça que maõ do<sup>[5]</sup> a v. m. a dos cem mil reis que hada ver cadano<sup>[6]</sup> lhe maõdarei loguo ou quaõdo v. m. qua<sup>[7]</sup> mandar fazer o padraõ dos dosentos mil reis antam se fará a provisao deste cemto que hadaver quadano o que poso afirmar a v. m. he que estaõ postos os sñers g.<sup>dors</sup><sup>[8]</sup> a sirviremno nacomenda e emtodo o mais que nelles forem como v. m. uerá pois eu eyde ser o solicitador.*

*Tiuemos aguora requado de Castella. ElRey aimda esta em seu opiniao, tornamos aguora a repliquar, queira deus que aproveite, elle vemse a merida<sup>[9]</sup> que he ja perto de nos, bem podera v. m. ouuir o Uasques<sup>[10]</sup> para o acomselhar, posto que o que v. m. fez foy como portuguez antigo, por que nos mordénos uaõ qua graõdes velhaquarias<sup>[11]</sup>, temos emleitos<sup>[12]</sup> dom dioguo de Sousa e martin guomsalues da camara a fazer as armadas e fartar este cleriguo de neguocio por que sempre diz que se não faz nada<sup>[13]</sup>. O criado de v. m. não tenho visto, deue<sup>[14]</sup> de estar no degredo com diogo da fomsequa<sup>[15]</sup>, bem sinto estar ainda a cidade desa maneira, quererá noso sñr dar lhe saude, eu trabalharey por auer<sup>[16]</sup> a quimtaã de luis de saldanha se o filho aquy uier<sup>[17]</sup> noso sñer sua muito ilustre p.<sup>ca</sup><sup>[18]</sup> guarde ainda por m<sup>tos</sup> anos e acresemte: dalmeirim a xxjij de abril*

*Diogo Lopes de Sousa, G.<sup>or</sup>*

Sobrescripto: *Ao muytto illustre sñer o sñr dom pedro da Cunha capitão mor da cidade de Lisboa meu snõr.*

D. Pedro da Cunha governava as armas de Lisboa, quando D. Antonio, já acclamado rei, alli foi, e deixou-o entrar. Não temos provas de que os louros do ancião colhidos na Africa se tingissem no sangue da batalha de Alcantara. Sabemos que elle expirou nos carceres da torre de Belem, legando a seus filhos odio figadal a Castella.

D. Rodrigo vingou-o; e mais heroicamente o haveria vingado, se não recebesse como prelado do Porto, Braga e Lisboa as mitras da mão dos Philippes.

De D. Pedro da Cunha dizia o prior do Crato, na sua carta a Gregorio XIII:

«... Mas as cãs de D. Pedro da Cunha foram acaso mais veneradas? Quem desconhece como aquella honrada velhice acabou amargurada, não querendo nem podendo sobreviver aos affrontamentos do vencedor, depois de tão dilatada e gloriosa carreira principiada em Ceuta?...»

[1] Não sou exacto no traslado das assignaturas, porque difficilmente as perceberia quem não tiver lidado, com a calligraphia e abreviaturas d'aquelle tempo. Á excepção do arcebispo, os outros governadores são imaginosos nos garabulhos a termos de não se perceberem. Por exemplo: D. João Mascarenhas, assigna: *df<sup>o</sup>mozs*. E Francisco de Sá: *ffrançisq deSá*. D. João Tello de Menezes, escreve: *Tello. m*. E Diogo Lopes de Sousa: *Gd.<sup>o</sup> lop; sus*. Na orla da carta está o sello das armas reaes. Sobrescripto: *Por os governadores. Ao presidente do conuento de nossa sorã de Belem da ordẽ de S. Jeronimo*.

[2] Mandei.

[3] Sebastião.

[4] Mandou-me.

[5] Mando.

[6] Que ha de haver cada anno.

[7] Cá.

[8] Governadores.

[9] Merida.

[10] *Bem podéra v. m.<sup>ce</sup> ouvir o Vasques para o aconselhar*. Este Vasques, inculcado por Diogo Lopes de Sousa, era um jurisconsulto hespanhol, de nome Rodrigo Vasques de Arse, que juntamente com outro jurisconsulto, doutor Molina, tinham vindo de Castella com Christovão de Moura, como vogaes da junta consultiva nos negocios de Portugal, para explicarem aos fidalgos portuguezes juridicamente a legitimidade de Philippe II. O governador, que já estava aconselhado, recommendava ao indeciso D. Pedro da Cunha que ouvisse o Vasques. O velho fidalgo, bem que recebesse o padrão da tença, com certeza não comeu a tença nem attendeu ao Vasques.

[11] *Porque nos modernos vão cá grandes velhacarias*.

[12] Temos eleitos.

[13] Diogo Lopes trata Martim Gonçalves da Camara de *clerigo de negocio*. Revê no apódo o odio secreto que tinha ao jesuita inimigo de Castella. O escrivão da puridade de D. Sebastião até certo ponto, remiu parte dos seus delictos na opposição poderosa e pertinaz que contrapoz ao usurpador. *O Diogo de Sousa*, ahi nomeado, havia sido general da armada de D. Sebastião na desastrosa batalha.

[14] Deve.

[15] Foi um corregedor muito affeiçoado a D. Antonio, e perseguido logo que o prior foi desterrado.

[16] Haver.

[17] Vier.

[18] Pessoa.

# JOSÉ DE SEABRA DA SILVA?

O desterro de José de Seabra é segredo, ao que parece, inaveriguavel.

Os indagadores mais versados e praticos nos archivos das secretarias, os proprios descendentes d'aquelle eminente estadista, os mais affeitos a lapidar e esclarecer os fuzis da cadeia historica oxydados pela acção dos seculos ou obscurecidos por tradições erroneas, nenhuns conseguiram alumiar este assim nubloso quanto importantissimo successo da historia, tão achegada á do nosso seculo.

A tradição viu de diversas maneiras o facto, e parece que todas as pontarias desacertou. Disseram uns que José de Seabra, ajudante do marquez de Pombal, no ministerio, facultára aos bispos a confirmação nas ordens sacras, com independencia do beneplacito regio; e d'ahi a demissão e o desterro, por arbitrio ou conselho do marquez, affrontado por tal concessão. Querem outros, manchando a honra de José de Seabra, que á demissão precedessem extorsões, concussões e litteralmente roubos praticados com a resalva dos altos cargos que exercia. Opinam alguns que elle descobrira a D. Maria I o proposito de a esbulharem da successão da corôa seu pai de accordo com o ministro valido. Outros, em fim, alludem a segredos de estado que sinceramente ignoram, por isso mesmo que eram segredos. Estes são os mais discretos.

O snr. Pinheiro Chagas, apoiado em uma honrosa e critica defeza que o snr. Antonio Coutinho Pereira de Seabra e Sousa, bisneto do estadista arguido, publicou, em 1868, respondendo ás arguições do snr. Soriano—indelicada e perfunctoriamente expendidas contra o ministro degredado—refuta as conjecturas das atoardas, e deixa insolúvel a duvida.

Se alguma hypothese póde aclarar a vereda de ulteriores investigações, é a que attribue ao cardeal da Cunha a desgraça de José de Seabra da Silva. Quasi se evidencia que o marquez de Pombal foi mero, e, com certeza, forçado executor das ordens do rei. Da consideração que Pombal guardára pelo desterrado, nos é testemunha a ordem que elle mesmo transmittiu ao governador de Angola, mandando repatriar José de Seabra, quando D. José I vivo ainda, mas já prostrado de mortal doença, perdera a energia rancorosa que tempestúa nas almas ruins até ao despegar da vida.

Esse decreto, assignado por Martinho de Mello e Castro, foi expedido em 15 de dezembro de 1776. No principio de outubro de 1777 chegou ao presidio das Pedras Negras, onde estava o desterrado, a ordem de embarque. Em 20 de dezembro sahiu de Loanda José de Seabra. Deteve-se na Bahia, d'onde, em 6 de feveiro de 1778, escreveu a seguinte carta inedita ao ministro Martinho de Mello e Castro:

«Ill.<sup>mo</sup> e exc.<sup>mo</sup> snr. Devendo a v. exc.<sup>a</sup> a expedição das benignissimas ordens de S. M. que Deus guarde, que me pozeram na liberdade de sahir de Africa, e de passar ao reino,



me persuado que tambem a tinha para significar a v. exc.<sup>a</sup> a minha sincera, e fiel gratidão pela parte que v. exc.<sup>a</sup> teve n'esse beneficio, o maior que eu podia receber na minha situação; segurando a v. exc.<sup>a</sup>, que n'isto encerro os limites da minha liberdade, sem me adiantar a escrever a minha mulher, nem a meu irmão, que sei ha poucos dias, que ainda vivem.

«No principio de outubro chegou ao presidio das Pedras a minha redempção: preparei-me como melhor pude para chegar nos fins de novembro a Loanda, d'onde parti em 20 de dezembro, depois de pagar o devido tributo da carneirada, com que esta cidade hospeda aos mais robustos, e aportei a esta Bahia com quarenta dias de viagem. A necessidade de roborar um pouco as forças, e de me prover de quasi todo o preciso para me transportar com menor incommodidade, me fará demorar aqui mais dias, do que desejo, ainda considerando a vantagem de salvar o inverno nas costas de Portugal.

«Tanto que ahi chegar ha de v. exc.<sup>a</sup> saber-o, e desejára eu que v. exc.<sup>a</sup> quizesse mandar-me insinuar a bordo o modo, tempo, e lugar do meu desembarque; porque a experiencia me tem ensinado muito á minha custa, que tinha habilidade para errar todos os passos, que governo pela minha má cabeça.

«Depois de desembarcar aonde, quando, e para o lugar que v. exc.<sup>a</sup> me ha de ordenar, continuarei a minha peregrinação, como devo, até o lugar, onde ella teve principio. Permitta-me v. exc.<sup>a</sup> que eu lhe confesse entretanto que a debilidade da minha philosophia, pela dureza do meu coração, e por falta da christandade, que a devia vigorisar, não me deu até agora a conformidade que eu devia ter para me ser menos sensível a desgraça de ser representado ao meu soberano, e meu bemfeitor, como o mais infame, e o mais abominavel ingrato, e como tal despedido ignominiosamente do real serviço, separado da minha triste familia, encerrado em uma prisão; d'ella tirado para ser transportado ao Rio de Janeiro, e d'ahi a Loanda, e de Loanda ao presidio das Pedras: levando para supplemento da falta quasi total de tudo as severas ordens, de que só vi a execução na parte que se dirigia a ser tido por morto na Europa, e empestado na Africa: e tudo isto sem sentença nem processo, porque não tive audiencia ao menos para se me dizer a culpa.

«Se todos os meus successos fossem restrictos a ser despedido do serviço, e mandado retirar para minha casa, nada diria; porque me havia de parecer extraordinario que um monarcha necessitasse de mandar fazer uma demanda para despedir de seu serviço um criado, que se lhe representasse ou mau, ou inutil, ou desagradavel: mas as demonstrações contra mim passaram muito adiante com o fatal esquecimento de me dar audiencia quem quer que se empenhou em me fazer tão famoso delinquente na real presença.

«Releve v. exc.<sup>a</sup> este desafogo na substancia e no modo, porque até me falta ha quatro annos o uso de fallar e de escrever, mas não falta o desejo efficaz de me justificar, sem saber de que, para viver o tempo, que me resta, satisfeito, e descansado com o antigo conhecimento confirmado por custosas experiencias e serias reflexões, de não prestar para outra cousa, e menos para as em que fui mettido violentamente, e contra a minha vontade nos tempos passados.

«E ultimamente, exc.<sup>mo</sup> snr., cheguei até aqui, e ainda vacillo, se será atrevimento rogar a v. exc.<sup>a</sup> que por mim (que não posso ter essa felicidade) queira beijar a mão a S. M. pela piedade, e clemencia, que commigo usou, permittindo-me que eu veja ainda ao menos a minha patria e familia. Se isso poder ser, eu o confio do antigo favor que devo a v. exc.<sup>a</sup>, e, se não poder ser, eu sei que v. exc.<sup>a</sup> mesmo ha de desculpar n'esta occasião a um africano rude e grosseiro, que não quer certamente retribuir offensas e atrevimentos por beneficios.

«Á pessoa de v. exc.<sup>a</sup> guarde Deus muitos annos. Bahia de Todos os Santos, 6 de fevereiro de 1778.

«Ill.<sup>mo</sup> e exc.<sup>mo</sup> snr. Martinho de Mello e Castro.

«De v. exc.<sup>a</sup>

«maior venerador e criado, mais fiel obrigado

«JOSÉ DE SEABRA DA SILVA.»

Lida esta carta, que não elucida o mysterio, dir-se-ha que o proprio José de Seabra ignorava o crime que lhe assacára o aleivoso a quem o rei prestára credito. Observe-se que esta ignorancia, se fosse dissimulada, seria tambem indecorosa; e, sobre tudo, offensiva do ministro Mello e Castro, que não podia ignorar os delictos do homem destinado a ser seu collega no ministerio. Como quer que fosse, a memoria do ministro de D. Maria I está illibada. O motor dos seus infortunios é insondavel. Estes segredos, vulgares nos governos despoticos, se deixam laivos de infamia, é na memoria dos monarchas.

---

## D. JOÃO IV E AS REGATEIRAS

O que elle tinha sobre tudo era o talento dos solertes velhacos.

Primeiramente requestou com meiguices os fidalgos que, depois de afagados, o acclamaram.

Assentado, mas não seguro, no throno, cerceou a confiança aos fidalgos, e fez-se o idolo da canalha a fim de estribar-se n'ella, quando a nobreza irritada se bandeasse novamente com Hespanha. Assim lh'o aconselhára o seu ministro Lucena, em 1641; e, n'esse mesmo anno, a plebe rodeou o rei ameaçado pelos nobres, e applaudiu o supplicio dos marquez de Villa Real, duque de Caminha, conde de Armamar, D. Agostinho Manoel e outros. Francisco de Lucena, que emprestára o cutelo para a degolação dos traidores, foi mais tarde convicto de perfidia e degolado.

As cidadãs que mais se estremaram na celeuma das praças

contra os conspiradores, foram as regateiras da Ribeira, capitaneadas por uma virago mulata, de alcunha a *Maranhã*. Esta mulher privava muito com o rei. D. João IV mandava parar o coche, quando a encontrava, dava-lhe a mão, e detinha-se em risonha palestra com a regateira. Assim o conta o diplomata D. Luiz da Cunha ao príncipe, que depois foi José I, em carta que corre impressa: *O snr. D. João IV... mandava entrar no estribo do seu coche a celebre «Maranhã» que dominava todas as regateiras da Ribeira para se fazer mais popular, pois costumamos dizer que a voz do povo é a voz de Deus, o que nem sempre se verifica.*

Outra regateira, não menos notavel em seu real beneplacito, chamava-se *Brigida d'Alfama*. No dia 1 de dezembro de 1640 foi ella quem de envolta com os petintaes levou de rojo o cadaver de Miguel de Vasconcellos.

Brigida, quando soube que o marquez de Villa Real e seus cumplices eram presos por traidores, pediu a qualquer poeta cesareo que lhe escrevesse cousa que ella pozesse nas regias mãos do seu soberano.

O poeta, provavelmente, trocando versos pelas colladas de Brigida d'Alfama, escreveu uma *Silva*, com que a regateira se foi ao paço mui aforçurada, e logrou, sem demora, entregar a D. João IV.

Eis a Silva:

Fôra descompostura  
de grande atrevimento  
(rei, que o mereceis ser de mil imperios),  
sem ter prima tonsura  
do poetico assento  
tão cheio de grandezas e mysterios,  
n'esta tosca Ribeira  
cantar de vós a musa regateira.  
Mas amor, que perdido  
nos estanques passados  
em que vendia carne aos tres estados  
quiz, por vêr se melhora de partido,  
ser cego de papeis, e a mim por musa,  
que com sciencia infusa,  
com quarta, ou gorgoleta  
entre nos contubernios de poeta.  
Amor é pois que abona  
estas dôces reliquias de capona,  
que Brigida começa  
a entoar subida na tripeça,  
por não ser o Bandarra,  
que cantou cysne, o que aprendeu cigarra.  
Chegue-se pois a bordo  
com juizo pernialto,  
para critiquizar, qualquer figura,  
que aqui não canta tordo,  
nem melro, que em contralto  
esperdiça seu mal pela espessura.  
Não ha aqui ruisenhor no bosque frio,  
maganão de assobio,  
e entre dôces avenas  
ramilhete com voz, harpa com penas;  
as minhas cantilenas  
accentos são mais graves  
do solidario inquisidor das aves,  
que authorisado canta  
compassos de guela por garganta,  
hymnos á noite fria,  
que viuva do dia  
em anaguas se veste  
bordadas de ouro sobre azul celeste.  
Mas entremos no thema  
e este breve intervallo  
sirva de frontispicio do libello.  
Escondida postema

em troiano cavallo  
 para tornar Lisboa um Mongibello  
 tinha a perfidia grega  
 de negra inveja, e de malicia cega,  
 mas lá de cima a intelligencia boa,  
 que ampara vossa authentica pessoa  
 quebrou as armadilhas  
 ás torpes sevandilhas  
 que bichinhos da terra  
 gigantes contra o céo sonhavam guerra;  
 e descobrindo o lusitano zelo  
 a ponta do novello  
 poz a cousa em estado  
 que quem vinha por lâ, foi tosquiado.  
 A mim não me destouca  
 a *primaz* alimaria<sup>[19]</sup>,  
 que era astuta serpente;  
 nem a cabeça louca  
 da poesia varia  
 do marquezote simples, e innocente;  
 nem os mais inimigos,  
 que da coca tocados  
 da esperança vã de altos estados  
 deram com o cabedal por esses trigos.  
 Tu és só que me matas,  
 ó Cochambre em sapatas<sup>[20]</sup>,  
 tu, que aguia real com louco assombro  
 praticavas com o sol hombro por hombro  
 e inquinaste a lysia bizarria  
 de tua tão vidrada fidalguia  
 em affrontoso thalamo  
 ferindo pactos com Baeça, e Alamo<sup>[21]</sup>.  
 Quando por sorte, ou erro  
 da vinha quasi morta  
 as velhas cepas, a maleza occulta,  
 é medicina o ferro:  
 umas, justificada a fouce corta,  
 outras, prudente o enxidão sepulta,  
 e trocando-lhe a fórma  
 a vinha assim reforma  
 pai de familias destro.  
 Toma o ginete um sestro,  
 degenera em sendeiro  
 das leis da fidalguia  
 da sua paternal cavallaria  
 prudente o cavalleiro  
 cobre com atafaes torpes, e feios  
 o que havia de ornar jaez e arreios.  
 Não sois de engenho tardo,  
 entendei-me o remoque, que é bernardo.  
 O franco, que do carro  
 da deusa da batalha  
 as avenas agora modifica;  
 o inglez bizarro  
 com toda a mais canalha  
 que aos altares de Marte se dedica  
 a vêr este interlunho  
 todos estão com os olhos como punho.  
 Se podaes esta parra  
 julgarão que se anima  
 vosso valor para fazer vindima,  
 se a deixaes á solta, e se desgarra  
 dirá vosso adversario,  
 que possuis o reino por precario.  
 N'este transe, senhor, n'esta abertura  
 será fraqueza a minha piedade,  
 pouco valor a magnanimidade,  
 e falta de poder qualquer brandura.  
 Pese tudo a prudencia a ouro fio  
 entenda-me *che pò, que me entend'io*.

Não sei se o mesmo, se outro vate patriota, escreveu e distribuiu primorosamente calligraphados alguns exemplares da seguinte poesia—tão sanguinaria quanto boçal—quando ainda fumegavam no cadafalso do Rocio os cadaveres dos conjurados, cujo supplicio pedira Brigida de Alfama:

MIGUEL DE NORONHA, DUQUE DE CAMINHA, DE RUY DE MATTOS DE NORONHA, CONDE DE ARMAMAR, DE D. AGOSTINHO MANOEL, OS QUAES MANDOU DEGOLAR NA PRAÇA DO ROCIO, EL-REI D. JOÃO O IV, E MAIS TRES, E UM BAEÇA, ARRASTADOS, ENFORCADOS, E ESQUARTEJADOS TODOS POR TRAIADORES, HOJE 29 DE AGOSTO DE 1641.

*Ao marquez de Villa Real*

Senhor marquez, eu quizera,  
(testemunha me é Jesus)  
de vos trocar o capuz  
por sêda de primavera;  
mas vossa condição fera  
teve a culpa d'este mal;  
que haveis de ser leal  
apesar de mil traições,  
quem tem tão nobres brazões  
como os de Villa Real.

*Ao duque de Caminha*

E vós, duque, porque não  
podéreis isto fazer,  
mudando de parecer,  
pois do marquez a tenção  
era sómente traição:  
e já que mal attentado  
e com tão pouco cuidado  
vos quizestes derrotar,  
para tudo se acabar,  
soffrei o ser degolado.

*Ao conde de Armamar*

Em theatro hão de parar  
vinte e dous annos de idade,  
e de Braga a falsidade  
faz a taes transes chegar<sup>[22]</sup>!  
Mas se o conde de Armamar  
olhára para seu tio  
no dia de nosso brio  
que jogava o esconder,  
nunca viera a perder  
em tal peça tal feitio<sup>[23]</sup>.

*A D. Agostinho Manoel*

Um *Manifesto* fizeste  
que foi manifesto a todos,  
e agora com baixos modos  
a tudo contradisseste.  
Outro tambem compozeste  
quando estiveste na côrte;  
e, por não seguir o norte  
com que por cá navegaste,  
por indiscreto, ficaste  
tambem manifesto á morte<sup>[24]</sup>.

*Ao mesmo*

E já que de tal maneira  
te quizeste manifestar,  
sabe-te determinar  
n'esta hora derradeira:  
não sendo tal a cegueira  
com que até agora viveste,  
se no que compozeste  
te mostraste declarado,  
hoje que és degolado  
sente o mal que te fizeste.

*Ao perro do Baeça*

Habito de Christo a vós?<sup>[25]</sup>  
Maldito seja o judeu  
que lá na côrte o vendeu  
tal como vossos avós!

Padecei tormento atroz,  
neto de uma cominheira:  
porque me dava canceira  
quem não era a Deus fiel  
que escapasse de um cordel,  
escapando da fogueira.

A opulencia de Pedro de Baeça provinha-lhe da senhora com quem casára. Os trinta mil cruzados não lh'os aceitaram a troco da vida; mas lá foram depois, em nome da lei, buscal-os ao casal da viuva. Reduzida a penuria extrema, esta mulher fugiu para a Hollanda, onde morreu soccorrida por parentes que eram hebreus.

[19] D. Sebastião de Mattos, arcebispo de Braga.

[20] Talvez D. Agostinho Manoel de Vasconcellos.

[21] Jorge Gomes Alamo, e um filho, que entraram no Limoeiro, onde foram atormentados, e nada revelaram. Os historiadores não se occupam em lhes averiguar o destino.

[22] Este conde era sobrinho do arcebispo de Braga.

[23] No dia da aclamação do duque de Bragança, o arcebispo de Braga correu perigo de ser assassinado como amigo de Castella. E, não obstante as demonstrações hostis d'este prelado, D. João IV chamou-o ao seu conselho, afastando alguns fidalgos que jogaram a cabeça, tirando-o da cobarde inercia de Villa Viçosa.

[24] D. Agostinho Manoel de Vasconcellos, além de outras obras estimadas, escreveu: *Manifesto na aclamação d'el-rei D. João IV, 1641*. É extravagante cousa que publicasse um livro tão a favor de quem, no mesmo anno, o mandou degolar como inimigo.

[25] Pedro de Baeça, mercador muito rico, era cavalleiro do habito de Christo. Foi este o que melhormente pareceu comprehender a abjecção dos seus inimigos, offerecendo trinta mil cruzados pela vida. Elle sabia que o avô do rei, e os avós dos seus juizes se tinham vendido por menos a Philippe II.

---

## FIELDING

Quatro mezes antes de morrer, o visconde de Almeida Garrett, passeando em Lisboa, no cemiterio dos inglezes, com Francisco Gomes de Amorim, fallou assim ao seu extremoso amigo, defronte da inscrição tumular do romancista britannico Henri Fielding:

«Não leia isso que é tudo mentira; a unica verdade que ahi está é o nome de Henrique Fielding, e ninguem o sabe ou não se lembram d'elle. Pois foi um grande nome! Walter Scott chama a Fielding o *pai do romance inglez* e la Harpe disse que o *Tom Jones* é o primeiro romance do mundo. Apesar de tudo esta enorme tumba de pedra encerra um punhado de cinzas que foram consideradas em quanto as animava uma multidão de paixões revoltas!... agora... quem sabe que ellas estão ahi? O que o epitaphio não diz é que Henrique Fielding viverá eternamente no *Tom Jones*, como Squire Western. O que

tambem não diz esse estúpido epitaphio é que nem a Inglaterra nem ninguém se lembrou da viuva nem dos filhos d'este homem illustre, que morreram ignorados, depois talvez de terem vivido como mendigos entre homens poderosos de estado que foram condiscipulos e se diziam amigos de seu pai... Ah! mundo enganador!...<sup>[26]</sup>»

Tristissimo lance, se os filhos de tão estremecido pai mendigaram! Eram criancinhas quando elle morreu em Lisboa, no anno de 1754.

Forçado pela enfermidade a procurar o clima de Portugal, sahi d'entre as caricias e lagrimas da esposa e filhos no dia 24 de junho de 1754.

A carta, que elle escreveu n'esse mesmo dia, e a ultima que deixou sentida e chorada na terra natal, dizia assim:

«Hoje quarta-feira, 24 de junho de 1754, nasceu o sol mais triste que eu vi em minha vida, e me já achou acordado na minha casa de Fordhook. Cogitava eu que, á luz d'esse sol, veria, pela derradeira vez, e diria o ultimo adeus, aos objectos queridos que eu amava com a ternura de mãe. Não me tinham ainda callejado as doutrinas da philosophia que me ensinára a supportar a dôr e desprezar a morte. Em tal situação, não podendo vencer a natureza, deixei-me vencer d'ella, que me subjogou como se eu fosse a mais fragil mulher. Pretextando consolar-me, induziu-me a ir gozar oito horas na companhia das minhas criancinhas, e com certeza, o que ahi soffri n'esse curto espaço excedeu todos os padecimentos da minha enfermidade. Ao meio dia fui pontualmente avisado de que me esperava a carroça. Abracei os meus filhos um por cada vez, e embarquei no carro com alguma resolução. Minha mulher que procedera com o verdadeiro heroismo de um philosopho, dado que seja ao mesmo tempo mãe extremosa, seguiu-me com a filha mais velha. Alguns amigos me acompanharam, e outros se despediram de mim, elogiando a minha coragem com louvores mui pouco merecidos.»

E não viu mais aquelle sol triste que se espelhára nas lagrimas de seus filhos!

Que importava o céo, e o sol, e a fragrancia de Portugal áquelle doente excruciado na solidão de Lisboa, por saudades dos seus, atormentadas pela desesperança de voltar a vê-los! Se lhe não seria mais suave a morte, rodeado dos filhos, e com a mão já morta e ainda quente nos labios d'elles!

Pouco mais de tres mezes viveu. Expirou quando as folhas despegaram e fremiram seccas no chão, revolvidas pelo nordeste, aquella toada sinistra que faz pensar no gemer final dos moribundos a quem as primeiras nevoas congelaram o sangue no coração.

O seu ultimo dia foi o oitavo de outubro de 1754. Tinha quarenta e oito annos.

Não alcancei noticia do destino que tiveram os filhos de Fielding. Pobres sei eu que ficaram, porque seu pai, dado que os amasse muito, ou lhes não grangeou, ou era já tarde quando lhes quiz grangear o patrimonio.

Fielding achou-se uma vez com 1:500 libras, e uma propriedade que rendia 200, no condado de Derby. Montou carruagem, phantasiou librés de côres claras, que se renovavam de mez em mez, hospitalidade de principe, lautos banquetes, saraus, caçadas, a mais fidalga e desastrada imprevidencia, consoante ás tradições de seu avô o conde de Denbigh, e de seu pai o general Edmundo Fielding. No trajecto de tres annos, não tinha um palmo de terra, nem um schilling do patrimonio de sua primeira mulher.

Depois, aceitou o lugar de juiz de paz, especie de commissario subalterno de policia. Collocado em circumstancias proprias ao intento, começou a estudar as ladroeirias e a perseguir os ladrões. No entanto, escrevia novellas; e, gravando em eterno bronze o *Tom Jones*, creou o romance em Inglaterra.

Se a experiencia lhe fosse mestra e inspiradora, poderia, como escriptor, reparar as perdas de fidalgo. *Tom Jones* foi pago por 700 libras, e *Amelia* por 1:000.

Ás alegrias da gloria do ouro, seguiram de perto os rebates da morte. A vida estava gasta nos proprios desperdicios. A alma, no maximo esplendor das suas faculdades, requeria coração vigoroso onde fecundasse as grandes aspirações. Como prova da sua immortalidade, o corpo deperecia, os pulmões deslaçavam-se, e ella entre as regiões infinitas e as tristezas do quasi moribundo, lampejava ainda os derradeiros clarões da *Viagem a Lisboa*, em que Fielding chorou e sorriu, mesclando aos impetos da satyra os mais desconsolados quebrantos da amargura.

Quando fordes ao cemiterio dos *Cyprestes*, attentai n'aquelle tumulo, pensai em tudo que é triste; mas não lhe rezeis pela alma, que essa está irremissivelmente condemnada. Henrique Fielding não era dos nossos, não era catholico. Que pena!

[26] *Archivo Pittoresco*, tom. III, pag. 140.

---

## MANIA E HYPOCONDRIA

Certo maniaco imaginava que tinha morrido, e rogava aos parentes e amigos que o enterrassem, porque o seu corpo começava a apodrecer. Tres vezes, dentro d'um anno, o atacou semelhante mania. Amortalharam-no, e fingiram que o levavam ao cemiterio; porém, no caminho, estavam uns homens pactuados com os parentes á espera do sahimento; e, quando a tumba ia passando, começaram a dizer em voz alta:



—Ora graças a Deus, que morreu finalmente aquelle velhaco, aquelle biltre, aquelle perversissimo scelerado!

O maniaco, ouvindo os insultos, irou-se grandemente, e respondeu:

—Canalhões! se eu estivesse vivo, castigar-vos-hia a bengaladas, para vos ensinar a não ter má lingua; infelizmente estou morto; e os mortos não se vingam.

Replicaram os homens que não lhe tinham medo, e desafiaram-no renovando as injurias.

Então o maniaco, erguendo-se de golpe, desembaraçou-se da mortalha, e correu atraz dos homens, que o receberam a murros, e tantos lhes pregaram na cabeça que lhe pozeram fóra de lá a idéa que o atormentava.

O doente recolheu-se a casa bastante contuso; mas curado; e, porque havia tres dias que jejuava, comeu á tripa fôrra.

Este caso, e outro da mesma seriedade, vem referidos em um livro scientifico e mui circumpecto ultimamente publicado em França. É a *Hygiene das dôres*, por mr. A. Dobay. Os francezes, ao mesmo tempo que nos illustram, alegram a gente com estas passagens que não são vulgares entre os maniacos portuguezes.

\*  
\* \*

Um hypocondriaco farto e rico imaginou-se doentissimo, e resolveu nunca sahir do seu quarto. Dormia, comia e bebia como se quer; mas soffria horrorosamente por todo o corpo; devia morrer de morte affrontosa; estava ulcerado e gangrenado; pedia que o não atormentassem, etc.

Fez quanto pôde para se curar; consultou os somnambulos mais acreditados; encarapuçou-se com um barrete encerado; tomou banhos egypcios, e poz sobre o estomago uma cataplasma egypcia: tudo inutil. Depois experimentou o racahout, a revalenta, a mostarda branca, com igual resultado. A mostarda branca, que cura toda a gente, fez-lhe mal a elle. Por ultimo, e em recurso extremo, tomou preparados de ferro, de cobre, de ouro, bezoartos orientaes, o cachundé chinez, o talekamapala dos selvagens americanos, e nada de novo. Sempre doentissimo. Recorreu á *escova electrica*, ao *restaurador da vida*. Tudo em vão. Parece incrivel uma cousa tão verdadeira!

A conversação d'este sujeito versa sempre sobre o mesmo assumpto: a sua molestia. Se alguem consegue distrahil-o por momentos, esquece-se o homem dos seus atrozes flagicios.

Indo o medico visital-o uma manhã, queixava-se elle de que não podia estender a perna direita; e, para mostrar a difficuldade que sentia, estendia a perna.

—Então o senhor que mais quer?—perguntou o medico.

—Valha-me Deus, queria fazer isto!—e levantava a perna com a maior presteza e facilidade.

O medico desatou ás gargalhaadas; e o doente, cahindo em

si, riu-se-tambem. Esta aventura distrahiu-o, e poz cobro ás lamurias.

D'outra vez, queixava-se ao medico de falta de appetite (comia como quatro), e de se estar marasmando.

Ora, o homem tinha tão boas côres e tão proeminente abdomen que o medico não pôde suster o riso. O doentinho, affrontado pela galhofa do medico, pediu explicações.

—Antes de lastimar-se, olhe para a sua barriga—disse o medico.

—É verdade!—disse pasmadamente o enfermo—é verdade! eu não tinha reparado.

E ou por estar convencido ou por imitação, riu-se tambem com o medico.

—

Este livro da *Hygiene das dôres* não é dos mais imprestaveis no catalogo da bibliotheca medica. Ha molestias nervopathicas que se modificam pela explosão das lagrimas, outras pelo espirro, e algumas pelas convulsões do riso.

---

## AOS DIPLOMATAS DESCONTENTES

Se suas excellencias, os senhores secretarios e addidos de ministros e embaixadores se queixam da parcimonia dos seus ordenados—e accusam de mesquinhos os governos, indifferentes ao esplendor dos enviados que representam este Portugal, tão pomposamente representado em tempos antigos —bem sei eu onde elles podem, se quizerem, colher as provas de liberalidade dos governos absolutos com que confundam a sovinaria dos governos liberaes.

Um diplomata, que brilhou nos tempos prosperos, e me lembra, como exemplo, é Duarte Ribeiro de Macedo. Dizem d'elle os biographos, e particularmente José Maria da Costa e Silva, que nunca enviado portuguez a Paris tão grandes honras recebeu na côrte de Luiz XIV. Nove annos alli residiu o solerte diplomata, ganhando de dia para dia a consideração de Portugal e os gabos dos ministros com quem lidou.

Em 1668 nol-o descreve Costa e Silva melhorado na florente carreira, já como enviado ordinario.

Não nos diz que ordenados Duarte Ribeiro recebe, nem que luxos estadeia na côrte de França; mas do contexto de duas cartas suas e ineditas, facil nos é conjecturar o despendio, o fausto, a ostentação quasi reprehensivel d'aquelle representante, se o não quizerem desculpar por elle ser algum tanto poeta.

Os periodos, que vão lêr-se, devem pruir de inveja os espiritos descontentes dos senhores secretarios, addidos, e enviados de hoje em dia; conformem-se no entanto, confrontando o Portugal de Duarte Ribeiro de Macedo com o Portugal dos que hoje em dia o representam, a jantarem em restaurantes de 2 francos por cabeça.

Vejamos as scintillações de estylo de um enviado ordinario na embriagante atmosphaera de Paris que o aureolava com as suas delicias. As cartas datadas em 1669 e 1670 são adereçadas ao regedor das justiças, D. Rodrigo de Menezes.

«..... Dir-lhe-hei a v. s.<sup>a</sup> como passo ha quatro mezes. Jeronymo José da Costa me assistiu dous, mas porque a tardança dos provimentos o fazia desconfiar, não quiz valer-me d'elle, e pedi 1:000 francos ao conde de S. Comberg, dizendo-lhe que era para um emprego meu. Não me atrevi a escrever que achava este recurso, para que não dêsse causa a maior descuido. Já estão pagos estes dous credores; mas não estou livre de cuidar que recahirei no mesmo achaque. Creia v. s.<sup>a</sup> que não sei como acerto a servir sua alteza<sup>[27]</sup> sempre entre os temores de que me ha de faltar o necessario para o servir no mez que vem, se me acaba o provimento. Verjus levou carta minha para o snr. conde da Torre. O que n'ella pedia era que sua alteza me mandasse pagar ou recolher, e confesso a v. s.<sup>a</sup> que não posso servir com taes faltas. Se eu disser a v. s.<sup>a</sup> o que me tem custado os portes de Madrid, Hollanda e Inglaterra ha v. s.<sup>a</sup> de se admirar! Sua alteza, pela mercê que me faz, a qualquer carta minha manda logo acudir: a falta está da parte dos executores das suas ordens... etc.»

Se este periodo não deixa bem definida a situação brilhante do enviado ordinario, ha outro mais explicito:

«... Eu me acho em tal estado que pedi um dia d'estes dez dobrões emprestados. No ultimo de fevereiro se me acabaram as mezadas, e entro em quarto mez de empenho. Até a carne para comer me trazem fiada... Tire-me v. s.<sup>a</sup> d'aqui ainda que seja á custa da liberdade.»

D'estas e outras cartas reveladoras de opulencia, de alegria, e patriotica vaidade no serviço de Portugal é que os biographos deprehenderam que o desembargador Duarte Ribeiro, enviado ordinario a Paris, alli *fôra recebido com grandes honrarias* (diz Costa e Silva) *poucas vezes tributadas a ministros estrangeiros*, e tantas e tamanhas que até fiavam d'elle a carne os magarefes parisienses.

E, como prova de que a sua abastança não era fineza, mas sim obrigação da patria que lh'a dava, acrescenta o biographo que Duarte Ribeiro, *no longo prazo de nove annos que se demorou em França, no exercido d'esta missão importante, promoveu com todo o zelo e sagacidade de que era dotado os interesses e vantagens da nação que representava.*

Da comparação da opulencia de Duarte Ribeiro com a pobreza dos diplomatas do nosso tempo, infere-se que elle comia vacca fiada porque era um inepto, ao passo que os seus successores no officio andam por lá saturados de trufas porque sabem manter perspicacissimamente o equilibrio internacional.

[27] D. Pedro, o regente, irmão de Affonso VI.

---

## BIBLIOGRAPHIA

### (PADRE SENNA FREITAS—FRANCISCO GOMES D'AMORIM)

PADRE SENNA FREITAS, *No Presbyterio e no Templo*, vol. II. Livraria Internacional. Porto, 1874. 8.º 344 pag.—A presteza no apparecimento do segundo tomo, correspondeu á affectuosa curiosidade que o primeiro suscitou com raro exito. O relevante merito dos artigos subpostos ao titulo NO PRESBYTERIO, confirma-se e consubstancia-se nos trechos pareneticos, e nos discursos em assembléas catholicas. Avantajam-se os dotes do escriptor na descripção do Brazil sertanejo, onde se lhe acrisolou a vocação nos maviosos, bem que duros sacrificios tão ardentemente commettidos com o alegre rosto da confiança em Deus.

Dos donaires e graças da elocução do snr. padre Senna Freitas nos dispensamos de repetir justissimos louvores. Que se recomende um livro, quando a indolencia publica o não procurou, é esse o dever corrente da boa critica, e o timbre da leal camaradagem n'esta milicia das letras; porém, depois que a sancção indeclinavel do senso publico formou conceito do escriptor, a repetição do elogio é superfluidade, senão agravo do leitor que muito bem póde sentir-se de que o ousem ensinar a conhecer as excellencias da obra inculcada. Farei tão sómente algumas breves reflexões á substancia d'este livro.

Nas prégações feitas pelo operoso sacerdote nos sertões do Ceará e Bahia, posto que se esteja revelando que o missionario forcejou por atemperar-se á razão pouco alumiada dos seus ouvintes, os conceitos resaltam na eloquencia, e o letrado alliga-se elegantemente ao doutrinario sempre na esphera d'uma illustrada theologia. Se o snr. padre Senna Freitas tivesse a peito acomodar-se á tosca percepção do seu auditorio, contava-lhe casos com que lhe apavorasse a credulidade, prodigios, intervenções ultra-naturaes na região dos vicios ordinarios, a diplomacia infesta do demonio trajando á humana, e os requintes da virtude do homem trajando á divina. Os discursos d'este discreto missionario não se afeiam d'essas deformidades tão bastas nas missões que pelas nossas aldeias espancam o dôce anjo das santissimas verdades de Jesus Christo. Por onde se vê que o snr. Senna Freitas, conformemente a um grande mestre de oratoria sagrada, fez como suas as advertencias do sapientissimo e religiosissimo

Cenaculo: «...Quanta será a culpa do prégador que omittir a propria illustração para que, faltando-lhe esta, passe a entreter a credulidade do povo em acontecimentos, reclamados pela verdade? Deixará o protestante de lançar mão d'esta ignorancia para pretender salvar o seu injusto improperio contra os bons usos da nossa igreja? O ouvinte illustrado não radica no fundo de sua alma, a respeito do prégador, um conceito de homem inhabil? Conceito na verdade opposto quanto é possível á reputação que deve ter quem quizer persuadir<sup>[28]</sup>.»

N'estes discursos, e mais largamente nos que o snr. Senna Freitas proferiu nas assembléas catholicas do Porto e de Braga, ha passagens de acurada eloquencia que o descostume em taes occasiões poderia acoimar de nimiamente litterarias e destoantes do lugar e do auditorio. Seria injusto o reparo. O estylo espalmado não é rigorosamente um signal de predestinação. Quintiliano póde entrar no templo com o orador christão sem catechese nem baptismo. S. João Chrysostomo formou o seu estylo na leitura dos versos de Aristophanes; e o citado arcebispo de Evora recommenda aos alumnos da arte concionatoria que leiam os poemas de Sá de Miranda, promiscuamente com os mais selectos pagãos, sem levantar mão dos SS. Padres.

Ora, a mim se me figura que os lanços em que o espirito do snr. Senna Freitas mais esplende são os que mais contenciosos parecem no seu austero apostolado. E é talvez por isso que elles mais se ataviam do fasto das locuções bem feitas. Quero fallar do seu azedume contra os romances que não viu rubricados por alguns nomes de boa fama, e aureolados dos suppositicios nimbos dos bemaventurados. Eu de mim direi que tenho escripto muitos romances maus, por mal urdididos ou mal escriptos; mas, se é licito comparar grandezas com insignificancias, sou a pensar que nem as novellas do conselheiro Rodrigues de Bastos levaram ninguem ao paraiso, nem as minhas abysmaram no barathro pessoa que as lêsse. O que não affirmo é se algum dos meus editores foi, mediante ellas levado... á *gloria*—que com certeza não é a melhor ascensão que elles, editores, hão de agradecer-nos.

O snr. Senna Freitas póde dar-me de suspeito em materia que tanto por casa ou pela roupa me toca. Não me queixarei, em quanto me for licito e airoso defender as pessoas que o severo escriptor deplora sujeitas á contaminação dos maus romances.

Não, meu amigo. As novellas, que adoçam a peçonha das paixões peccaminosas, quem as lê? Toda a gente, á excepção das pessoas rigorosamente religiosas que parecem temer-se do contagio, como se a consciencia do dever lhes não fosse bastante cordão sanitario contra a infecção das idéas dissolventes.

Ha tantissimas damas de irreprehensivel estylo de vida que, na sua mocidade, releram aquellas despeitoradas folias de Paulo de Kock! Ha ahi tanta senhora de boa nota que lê os *Romances para homens!*

Creio e sei que ha romances protervos quanto ás infamias que tecem o enredo; mas ainda não vi algum em que as

torpezas sejam aconselhadas pelo author como saluberrimas e honorificas.

Diga-se o que por diversos modos está repetido: os maus costumes são os primogenitos de Adão, e mais antigos que as novellas. A grande bibliotheca dos maus livros que estragaram o genero humano estava dentro da maçã ou do pêcego que Eva trincou. Póde ser que os romancistas desmoralizados, se os ha, sejam os pomareiros da arvore maldita; mas o certo é que hoje em dia, as descendentes da Eva paradisiaca, se o pomo lhes trava, depuram os labios nas faces dôces de seus filhos, e de sobra sabem que não é com tal fruta que se enganam os modernos Adões.

Estes reparos não desdouram as fortes e convictas idéas do snr. Senna Freitas ácerca da imprensa jornalistica e das litteraturas dramatica e romantica. O illustre sacerdote está no seu posto, e o sustenta com a maxima dignidade e superior talento.

\*  
\* \*

Como não sei quando terei tão bom azo de apontar a um assumpto que, de seu, me occorre n'este momento, pedirei aqui ao primeiro orador da tribuna sagrada em Portugal, o snr. conego bracharense Joaquim Alves Matheus que publique as suas orações ineditas. Se o divulgal-as redundasse meramente em gloria sua propria, não iria eu ferir com phrases de vulgar lisonja a modestia d'aquelle professor illustre; porém, se o proveito d'essa publicação reverte em lição para prégadores, em deleite para crentes, e secreto abalo para incredulos, a abstenção do snr. Alves Matheus é menos louvavel, e por nenhuma maneira conforme aos deveres que se alligam ao seu ministerio. O talento de quem converte em luz da alma o que outros obscurecem nas paginas dos livros santos, é mais de nós, os vacillantes á orla dos abysmos, que dos bemquistos da alta inspiração, e dos que, velejando nos escarceus da vida, tem no céo a estrella do seu norte, e na terra a dupla ancora da fé e da sciencia. Alves Matheus é o mais correcto e elevado orador que ainda ouvi. Conhece todas as vozes que sôam dentro da alma. Dá o terrivel estremecer do enthusiasmo no arrobamento das idéas grandes, e vibra as palavras gementes que abrem o dulcissimo espirar das lagrimas.

---

THEATRO DE FRANCISCO GOMES DE AMORIM, socio da academia real das sciencias de Lisboa. *O cedro vermelho*. 1874. 2 tomos.— São livros de recreio e estudo estes dous que comprehendem o drama e as notas relativas. O snr. Gomes de Amorim empenhou poderosas faculdades de observação nos accessorios com que nos povôa a phantasia, a fim de que no tecido dramatico fuljam os fios reflexôres da luz local. O drama seria já excellente sem as notas; com ellas realça de valia, porque nos ensina particularidades que o poeta photographou, e o historiador desdenharia. Se tanto labor e tamanha paciencia de consultação houvessem de ser embebedos no artificio do drama, e descurados como alheios da scena, o consciencioso escriptor teria a triste desillusão de se haver cançado á cata de leitores idoneos e juizes competentes do seu trabalho.

O *Cedro vermelho*, assignalado entre os mais applaudidos dramas que recordam noites gloriosas do theatro normal, pertence á escola das peripecias fortes e commoventes. Impunham-se assombrosos aquelles lances de viver desconhecido do sertão da America. Francisco Gomes de Amorim chegára, poucos annos antes, d'essas paragens, por onde havia passado o portuguez aventureiro, o mercador, o chatim; mas por onde, desde que o jesuita fôra esponjado da civilisação do indio, nunca mais passára o talento observador. Por fortuna da arte e desfortuna do artista, Gomes de Amorim identificára-se aos costumes das raças, tacteára-lhes de perto o selvagismo, não tanto por seducções de curioso quanto pelo imperioso estímulo da necessidade. As lagrimas represadas talvez lhe abrissem no coração os traços que ahi ficaram como thesouro de lembranças,—e quem sabe se de saudades para elle e para tantos cujas illusões vão morrendo com o sol poente de cada novo dia!

O drama, executado por aquelles artistas apaixonados de ha dezoito annos, logrou arrancar da sua atrophia um publico sopitado pela toada das xacaras, e pela melopêa dengoza das castellãs, e raivas sacrilegas d'uns amadores quasi todos sarracenos, consoante a praxe dos dramaturgos archi-romanticos.

Tasso, que aceitára a parte do indio Lourenço, como quem crescia para as empresas arduas e se apoucava nas trivialidades de galã de vaudeville, arrebatava o auditorio, e o auditorio arrebatava-o nos braços, desde o palco ao seu camarim. Houve n'aquelles remotos dias correntes galvanicas entre o actor e a sala. A paixão coruscava no olhar d'aquelles interpretes a quem Epiphania ensinára as fulgurações do terror, e, sobre tudo, a expressão da intelligencia.

Eu não direi que a arte de hoje arraste crepes ou esteja fria como o marmore de Gil Vicente na cupula do seu templo.

Não: o que simplesmente receio é que o amaneirado, o arbitrario, que ahi chamam *crear caractéres*, o pseudo-naturalismo dos actores mais em voga nos vão desencantando das illusões e amortecendo o entusiasmo n'aquelles lances que—segundo a praxe comica—*faziam levantar o povo*.

Tenho recordações d'esse tempo, e algumas prendem com o *Cedro vermelho* de Gomes de Amorim. Ao relê-lo, como quem folheia paginas em que se traçaram impressões da mocidade, tive o prazer de renovar-as admirando-as ainda, e marginando as muitas passagens em que resalta um bom engenho, e um optimo escriptor. O segundo tomo é prestadio subsidio para quem, deleitando-se, quizer, em poucas horas, colher noticias repartidas por tantissimos volumes. É obra de grande merito, e sêl-o-hia de grande fortuna em outro paiz. Emendêmo-nos. Sejamos dignos dos talentos que honram a nossa terra.

[28] *Memorias historicas do ministerio no pulpito*, pag. 199 e seg.

## EXCELLENTISSIMOS SENHORES

Hoje que todos temos *excellencia*, é bom indagar se a não

temos, e não é mau resignar-se a gente com os dictames do Direito Publico a fim de não attentarmos contra a vida de quem nos favorecer com a *senhoria*.

Por não principiar de mui remotas eras, começaremos pela lei extravagante de Filippe II, de 15 de setembro de 1597. Ahi se manda que rei e rainha hajam tratamento de *magestade*. (Bem sabem que, até ao tempo do rei D. Sebastião, era *alteza*). A referida lei ordena que os duques, marqueses e parentes da casa real, quando fallassem do rei, dissessem: «El-rei *meu* senhor» e que os outros menos graduados, dissessem: «El-rei *nosso* Senhor». A differença entre singular e plural do pronome possessivo não se percebe. Segundo a mesma lei, os principes e infantes eram tratados de *alteza*; mas quem dizia simplesmente *sua alteza*, individualisava o successor da corôa. *Excellencia* era para os filhos dos infantes e duques de Bragança. Os outros duques, marqueses, condes e bispos tinham uma reles *senhoria*; porém, se os bispos fossem estrangeiros, haviam de accommodar-se com um *vossa reverendissima*.

D. João V fez outra lei em 29 de janeiro de 1739. Confirma a de Filippe II quanto ás pessoas reaes; manda, porém, que se dê *excellencia* a todos os grandes ecclesiasticos e seculares—duques, marqueses, condes, arcebispos e bispos. D'estes ultimos são exceptuados os estrangeiros. Os presidentes dos tribunaes tambem recebem excellencia em quanto estão na séde da judicatura. Os generaes e vice-reis gozam o mesmo fôro. Viscondes, barões, governadores de praças, reitores da universidade, priores d'ordens militares de Aviz e Palmella, moços do paço, etc. uma *senhoria* secca.

Desde que me entendo só encontrei um homem que obedecesse rigorosamente a esta lei. Foi um d'estes dias, o encontro, em uma carruagem da via ferrea. Era um relojoeiro do Porto, homem de annos largos, cara aberta e antiga. Quando se dirigia ao snr. conde da Graciosa, dava-lhe *excellencia*; ao snr. visconde de Sanches de Baena, dava-lhe *senhoria*; e a mim, para ser coherente, não me dava nada. Um sujeito que regula tão acertado com as leis dos tratamentos deve correr igual pontualidade com os seus relógios. Mas elle não sabia que eu, desde 1862, sou marquez, agraciado por sua magestade negra, D. Jacintha I, rainha do Congo, muito minha senhora e ama, que Deus conserve. Além d'isso o alvará de 20 de junho de 1764 manda dar *senhoria* a mais alguém; por exemplo: ao abbade de Alcobaça e ao seu substituto. O relojoeiro, para quem a extincção das ordens religiosas não era novidade, nem equivocando-se com a minha presença prelatia, me confundiu com o geral dos bernardos!

Seja como fôr, convém que as pessoas vezadas á *excellencia* se apercebam de conformidade para o caso possivel de se encontrarem com o citado relojoeiro severo em tratamentos.

---

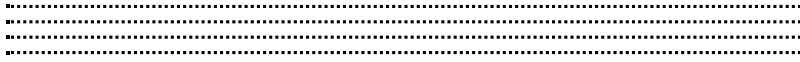


## II

V. exc.<sup>a</sup> sabe de certo por pessoas doudas e tementes a Deus, que eu sou um grandissimo impio, peorado agora com minha nesga de petroleiro.

A. HERCULANO.

Devo aqui contar ao leitor como conheci o carrasco<sup>[29]</sup>.



## III

Elle (l'histoire) enseigne qu'une âme pèse infiniment plus qu'un royaume, un empire, un système d'états, parfois plus que le genre humain.

De quel droit? du droit de Luther, qui, d'un Non dit au pape, à l'Eglise, à l'Empire, enlève la moitié de l'Europe.

Du droit de Christophe Colomb, qui dément et Rome et les siècles, les conciles, la tradition.

Du droit de Copernic, qui, contre les doctes et les peuples, méprisant à la fois l'instinct et la science, les sens même et le témoignage des yeux, subordonna l'observation à la Raison, et seul vainquit l'humanité.

MICHELET.

Levantei-me cedo para esperar o carrasco.

Luiz «o Negro» nascera no lugar de Capelludos d'Aguiar, freguezia de S. João Baptista, e comarca de Villa Pouca de Aguiar, a sete de maio de mil oitocentos e seis.

Entravamos, então, n'uma das mais dolorosas épocas da nossa historia moderna. Adejavam por sobre a península as aguias do imperio, e rasgando o vô iam penetrar nas nossas fronteiras. Queria o ambicioso da Corsega, como um dos conquistadores do paiz da aurora, açoutar as vagas indomitas e enfurecidas do oceano nas extremas do occidente.

Napoleão ia decretar, no seu olympe de Fontainebleau, que a dynastia de Bragança cessára de reinar, e sentia-se já, pelo silencio da noite, o ruido pavoroso da marcha compassada dos legionarios das Gallias.

Se os Braganças, como os patricios da velha Roma, tivessem esperado o Brenno moderno, sentados nas cadeiras curues, na omnipotencia augusta do Lacio!...

Não esperaram! Fugiram apavorados e... nervosos, para além do Atlantico. Deus lhes perdôe.

Chego a crêr—o Eterno se amerceie de mim se erro—que esta absurda e ephemera conquista foi a alvorada da liberdade em Portugal.

Receio pouco que me alcunhem, agora, de jacobino ou afrancezado. O anathema actual macúla, fere e extermina sómente, n'estas horas d'angustia afflictiva e demorada para toda a democracia europêa, os alcunhados defensores, aqui, da fusão iberica e do cantonalismo peninsular. Para todos os outros heresiarchas ha perdão nos amplos recintos da politica

orthodoxa. Os Mac-Mahons e Serranos nasceram para edificação das monarchias. Substituíram os Lafayettes e Monks de todos os tempos.

Para serem apedrejados e expostos ás ignaras vaias da multidão temos nós Victor Hugo e Garibaldi no nosso seculo.

Christo, em Jerusalem, antes de suppliciado, percorreu as ruas vergando sob o lenho do seu proprio supplicio.

Assim seja—até que o verbo esplendido da democracia surja como luzeiro da redempção da humanidade.

Os phariseus de todas as épocas teem sempre uma accusação adrede, para extinguirem a luz da alma nos homens do futuro.

É antiquissima e vetusta usança injuriar os espiritos elevados e prescientes de todos os tempos, infamando-os com os epithetos, que o seculo detesta e abomina, para os crucificar, sem dôr nem piedade, e entregal-os, depois, á irrisão da gentalha, e á execração immorredoura dos vindouros.

É esta a lenda de Christna e de Bouddha no Oriente, de Socrates em Athenas, dos Gracchos e de Spartaco em Roma, de Christo e dos apóstolos em Jerusalem, de João Huss e de Jeronymo de Praga na Allemanha, de Savonarola em Florença, e de todos os reformadores da humanidade—desde Abel, se aceitamos o mytho biblico, até ao ultimo pastor das Cevennas, e até ao derradeiro Karl Marx das sociedades modernas.

Convem estudar a época em que nasceu o carrasco.

Depois o ouviremos.

Os tres estados eram a base da nossa organização politica e social: clero, nobreza e povo. Todavia, elementos preponderantes eram os dous primeiros. Vivia e medrava o povo como machina. Trabalhava, suave e mourejava para alimentar e enriquecer o sacerdocio e a nobreza. Nas horas de perigo, no momento das grandes luctas apparecia como comparsa, enfileirava-se nos córos das supremas tragedias, e morria na obscuridade de legião, no completo desprezo da sua insignificancia. Acclamava o mestre de Aviz, cahia desconhecido e ignorado nos areas d'Africa, passava desaperebido, para as chronicas, nos galeões da India, e nos recontros e batalhas figurava pela força numerica, como hoje se designam nos mappas de brigada as forças vivas de qualquer regimento ou batalhão. Afóra estes lances era a plebe, era a villanagem, era a mó do povo, era a peonagem, era o numero.

Na vida campestre emparelhava com o boi, dormia ao lado do rebanho, inventariava-se entre as alfaias da officina rural—era a força empregada no impulso da enxada, era o guia do arado, era, finalmente, a machina, que desbravava a charneca, que enxugava o paúl, que roçava o matagal basto e espesso, que Semeava o terreno lavrado pelo seu esforço, e que, mais tarde, colhia e arrecadava o fructo.

Na sociedade urbana era o operario—mal ensinado, parcamente retribuido, entregue a si e aos seus proprios e escassos recursos, sem lição, sem exemplos, sem estimulos, sem auxilio, e sem mercado vasto e animado para os productos

da sua industria.

O commercio de grosso tracto, monopolizado entre algumas dezenas de capitalistas e armadores, vivia fóra da acção productiva do paiz, como n'um eden de bemaventurança, onde a entrada era vedada a profanos.

Desde a casa da India até á casa dos vinte e quatro era longa a historia das prerogativas e privilegios de classe n'esta nação algemada—exclusivismo absurdo da mais inexperiente e ignara administração politica, economica e social.

E o povo vivia assim—submisso e reverente—porque as misericordias, irmandades, e ordens monasticas de todas as categorias e religiões adoçavam a miseria publica com o caldeirão da sopa fradesca, generosamente offerecido na portaria do mosteiro. Ensinava-se oficialmente um povo inteiro a ser mendigo. Era esta a vida economica e social de toda a peninsula.

Decretava-se a mendicidade como dogma. Eram o pauperismo, a ociosidade e a degradação humana nobilitados pela Igreja. E nos amplos e lageados claustros e escadarias do cenobio havia aula publica de abjecção, de humildade ignobil, de torpe vagabundagem e de crimes até. O fanatismo religioso nunca desadorou a Calabria, a Floresta negra, e a Serra-Morena. Que o digam as offertas ás madonas de Italia.

Viviamos assim.

E por isso os nossos monarchas se appellidavam *fidelissimos* perante a curia do Vaticano, e gozava de pragmaticas rituaes a Igreja lusitana, que só eram permittidas na sé apostolica de Roma.

Com as fogueiras da inquisição e a esmola aviltante, distribuida no peristylo do templo, alcançáramos tudo: destruíramos e aniquiláramos a raça heroica da peninsula ibérica.

Louvado seja Deus! A expulsão de judeus e mouros, a fogueira inextinguivel do catholicismo, e a esmola aviltante e hypocrita d'um clero hediondo, devasso e fanatico, assemelhava-nos, na torpeza, no aviltamento, e no cretinismo da fórma ás colónias jesuiticas do Paraguay.

A semelhança das evoluções communaes, que, pouco a pouco, foram erguendo e levantando o poderoso collo da burguezia em toda a Europa—quiz o marquez de Pombal, nos vastos designios da sua potente administração, crear e estabelecer, aqui, a classe média.

Baldado empenho.

A morte do ministro valido de D. José I deixou, em profunda anemia, o vigoroso e energico elemento social, que elle intentára crear.

Expulsáramos os sarracenos tão tarde, organisáramo-nos, como nação, em época tão proxima, que sem termos soffrido os vexames do feudalismo, não creámos, tambem, a classe, que mais arcou com elle, e que o assoberbou e venceu.

Temos sido sempre o echo remoto e longiquo das luctas sociaes, politicas e economicas da Europa.

Ao passo que a communa, originada no municipio romano, sahia das trevas da meia idade, depois das cruzadas e das luctas feudaes dos grandes vassallos, caminhando tenazmente por entre os recifes dos direitos senhoriaes e do poder real até chegar, em França, á revolução de 1789, e affirmava, sem mais contestação possivel, os legitimos direitos do terceiro estado—entre nós a burguezia, a classe média foi sempre uma criação ephempra, uma entidade sem solidez nem significação valiosa, e tanto assim que, depois das luctas constitucionaes, quando triumpharam alguns dos principios liberaes, pouco a pouco, a parte mais opulenta, mais rica, mais dinheirosa d'essa criação ficticia ennobreceu-se, afastou-se com desdem e desprezo da sua propria classe—se classe era—buscando no luzimento e esplendor das armarias e librés um marco divisorio, que a separasse para todo o sempre dos seus irmãos no trabalho. E os grupos restantes, menos abastados, menos felizes, e menos poderosos, pelos haveres, mergulharam, por instincto, educação e costumes, no seio da plebe onde existem e jazem, quaesquer que sejam as vaidades com que pretendam esconder esta communhão de interesses, habitos e sentimentos.

É doloroso dizel-o, mas embora: aceitemos os acontecimentos como são. A revolução de 1832 e 1833 em Portugal, em presença da sciencia, não só não foi uma revolução social, mas nem sequer foi uma profunda revolução politica em todo o rigor do vocabulo.

Foi uma guerra de successão a um throno contestado por dous irmãos, que se reputavam ambos legitimos, cercados de partidarios com interesses e direitos offendidos, e em que um dos pretendentes—o mais habil, senão o mais feliz—soube crear sympathias heroicas e indestructiveis dedicações, appellando para a corrente das idéas do seu seculo, e alcançou captivar as almas generosas, outorgando uma carta constitucional, simulacro de liberdades, que não prenderam nem limitaram—como o não tem feito—o exercicio constante e absoluto do poder e governo pessoal.

Podem-me contestar uma tão resumida e rapida exposição. Os factos, porém, não deixarão desmentir estas verdades.

Nas luctas de 1833 achava-se a nobreza antiga, a nobreza de sangue dividida nos dous campos, pelejando em fileiras diversas, e por vezes inimiga no seio dos proprios solares. Todavia não era a diversidade de crenças, nem a sinceridade das convicções, que a traziam, assim, desavinda e odienta. Era o egoismo dos interesses perdidos, era o ciume do valimento ou o odio pelos desprezos da corôa, era o orgulho de preeminencias e prerogativas nas familias titulares, eram as desconsiderações dos seus pares, sentidas, e cuidadosamente legadas, que iam passando, no mysterio dos tombos e cartorios, com a successão dos vinculos por diversos reinados, eram vinganças sumidas e occultas por entre os pergaminhos de raça, e todas estas ruins paixões, todas estas heranças em que o amor proprio e a soberba dos avós, que se transmittia aos netos, achou, na lucta dos dous principes, respiradouro por onde se expandisse e rebentasse a explosão.

Foi assim.

Como casta, as crenças eram as mesmas. Se a palavra augusta de crença pôde ter cabida onde se falla de orgulho inexoravel, de implacaveis interesses, e onde germina o desprezo inveterado e profundo por tudo e por todos, que não descendem d'avós, já nobilitados, nos seculos undecimo e duodecimo da nossa modernissima monarchia.

Os reis podem fazer nobres, mas não teem poder para crear fidalgos.» Estas palavras, nascidas da orgulhosa colera d'um adversario puritano da fórma politica actual, explicam á nobreza moderna—se ella sabe meditar—como são sinceros e affectuosos os afagos e blandicias com que a antiga aristocracia a trata e recebe. Fica escripto por uma vez: o ultimo filho segundo d'uma casa secular, ainda o mais empobrecido, e o mais privado de intelligencia, será sempre estimado, pela sua casta, acima de todos os genios, e de todas as illustrações do seu seculo.

Foi a experiencia, talvez, d'estas justas considerações, que, nos salões de Luiz XVIII, levou um dos mais illustres marechaes do imperio a dizer a um fidalgo do exercito de Condé: «Eu sou o meu proprio antepassado.»

A nobreza antiga, com excepções rarissimas de que me não occupo agora, queria liberdades e garantias—queria; mas exigia-as dentro do circulo da sua casta, requeria-as para si e para os seus.

Fóra d'esta linha divisoria, d'este limite sagrado só via a plebe. Direitos, faculdades e poderes originavam-se no numero dos avós. Quem não tinha ascendentes conhecidos e nobilitados não era pessoa juridica, não era homem: vivia á mercê da misericordia infinita da nobreza. Triste situação era esta! Mas era assim.

Rezam as lendas ou as chronicas, que uma nobre dama da côrte dos Valois não escrupulisava despir-se diante dos seus lacaios, segundo o dizer de Brantôme. Que importava a sensualidade da gentalha! N'este esquecimento e desdem, pela plebe, vivia a aristocracia portugueza, na contemplação de si mesma, como o Zeus dos indus na vasta cosmogonia do Oriente.

O vulgo, a populaça era a machina posta ao serviço do fidalgo.

Terminada a lucta da successão começaram a recuar, nos seus esforços patrioticos, muitos dos nobres, que militavam nas fileiras populares.

Era de prevêr.

Os factos consummados tinham mais força do que todas as aspirações, e cegos desejos da nobreza—que se dizia liberal.

Espiritos pouco previdentes, por nenhuma fórma habituosos a estudos sociaes, inexperientes em todos os actos da vida civil, creados no desprezo e desconhecimento do trabalho, que, accumulado, produz a riqueza publica, esperavam encontrar, na côrte do imperador, as tenças realengas, obtidas, pelos serviços, que só não são estereis para a lisonja, imaginavam

conservar, como monopólio das suas casas solarengas, os cargos hereditarios, os empregos vitalícios, as patentes no exercito, sem habilitações obrigadas para as exercer, e os lugares privativos e rendosos em todas as ordens militares e religiosas.

A carta constitucional poderia tornar-se letra morta. Demais, a nobreza não tivera tempo para estudar foraes, nem cartas de alforria. A aristocracia estava habituada a vêr derogar leis do reino por provisões regias. Para alguma cousa deviam servir os poderes magestáticos.

Mas quando os acontecimentos vieram, nos primeiros assomos d'entusiasmo, desmentir estas esperanças, e deram começo á obra de destruição das velhas instituições, em que andamos todos empenhados—foi, então, que se descerrou a venda de olhos tão poucos perspicazes, e a nobreza viu, com pasmo inaudito, que suppondo-se ella, só ella, o engenheiro, que dispára as catapultas, empregadas pelas facções—era, apenas, a singela alavanca, posta nas mãos dos homens do povo, e que estes apontavam e dirigiam a seu talante e sabor.

O clero, na sua maioria, na força viva da sua organização—esse, não se deixou illudir.

Só podia estar ao lado da reacção—e, por isso, esteve.

E á medida que os factos se vão desenrolando, que novas crenças e novas idéas transformam as sociedades—o clero acompanha sempre os partidos retrogados, senta-se junto do passado, afaga-o, anima-o, protege-o, defende-o, por vezes alimenta-o, e arrasta-o, depois—até á vertigem e ao delirio.

Quando hirto e inanimado jaz como cadaver sepulta-o, na indiferença do mais torpe egoismo, e vem á beira do circo, onde se degladiam os homens, que outr'ora foram irmãos, e que as leis do progresso já dividiram em bandos oppostos—busca, ahi, a phalange reaccionaria, a que estacionou, a que recebeu caminhar, fascina-a, pela mesma fórma, apodera-se d'ella, envolve-a na infinita rede, e nos tenebrosos tramas do seu sinistro mysticismo, até que uma nova evolução social, por seu turno, despedace este elo historico, e o arremesse para a noite dos tempos.

É por isso que o povo, na grandeza dos seus instinctos, e nos periodos solemnes das suas transformações—quando as leis inexoraveis, que regem a humanidade o impellem e obrigam fatalmente a caminhar—encontra-se só, entregue ás suas proprias forças, e ao luzeiro do seu destino.

Os chacaes, as hyenas, e os corvos vem, depois, pela calada da noite, devorar, no silencio das trevas, os cadaveres dos que pereceram nos campos da peleja.

Mais tarde aboliram-se as communidades religiosas, annullaram-se as doações dos bens da corôa e ordens, quebraram-se todos os privilegios e collocações obrigadas na magistratura, na Igreja, na administração publica e no exercito, cercearam-se os lugares do paço, simplificaram-se as leis dos foraes, abriram-se tribunaes communs para todos os cidadãos, creou-se um systema uniforme de julgar, acabando com as provisões regias, fóros privativos, e decisões especiaes,

finalmente a nobreza conservou os títulos e os cargos honorários, mas ficou igualada em direitos e deveres a todos os outros homens.

O imperante perdera—pelo menos na aparência—o *moto proprio* e a *sciencia certa*, com que representava a divindade, entregando aos poderes consignados, na carta, a harmonia da vida constitucional.

\*  
\* \*

Quando o relógio da cadeia dava nove horas, entrava, no meu quarto, um facha das salas do Limoeiro com o manuscrito do carrasco. Elle não podia vir. Sentia os primeiros symptomas da enfermidade de que morreu.

Escreveu-me um bilhete, que ainda conservo. Dizia-me que viria, mais tarde, saber o que eu pensava da sua vida tão dolorosa e tão angustiada.

Conservo o bilhete e o manuscrito.

Vou confiar ao leitor os segredos d'alma d'esta existencia excruciante e afflictiva, que pereceu no fundo d'uma enxovia.

VISCONDE DE OUGUELLA.

[29] Este e outros capitulos virão a lume, mais tarde, quando a occasião fôr opportuna.

---

## O HORROR DA DEMENCIA

Rachel Varnhagen, insigne allemã, esposa do grande escriptor do seu appellido, escrevendo a Frederico de Gentz, dizia: «Tres grandes cousas me horrorisam n'este mundo: 1.<sup>a</sup> uma manada de touros bravos; 2.<sup>a</sup> a plebe; 3.<sup>a</sup> a demencia.»

A demencia é mais triste que horrorosa. Os que a padecem, se soubessem a compaixão que inspiram, seriam ainda mais desgraçados,—se desgraçados são os que não tem a consciencia de o serem.

D. Domingos de Magalhães, o arcebispo de Mitylene, morreu, quando a fome voluntaria o acabou de matar. Não houve razões de amigos e de theologos que o movessem a tomar um pouco de alimento. Não dava explicação, sequer insensata, da sua rigorosa abstinencia; mas, entre os seus manuscriptos, se nos depara tal qual luz, consoante ella se póde desferir das profundas trevas.

Diz assim um capitulo intitulado *O Impassivel*:

«A impassibilidade ha de ser a futura condição do homem santo que seria semelhante ao cadaver; a natureza corrompida

e degenerada é a séde da dôr e da molestia, porque a sua sorte e futuro destino será a maxima degeneração do ente, ou a regeneração e renovação do servo, que o Senhor creou, e collocou no paraíso.

«Existe na sciencia theologica um paralogismo, que convém decifrar e resolver: a cada passo ouvimos dizer que o homem mau não morre, e que a sua sorte é a morte eterna: a questão está só na dicção e na phrase; é uma amphibologia ou questão de palavras. O homem mau não aceita a morte voluntaria para expiar a pena do peccado; e, como resiste ao decreto da divina misericordia e graça, não morre para resuscitar, não se regenera, perverte-se e corrompe-se cada vez mais.

«O homem santo mata o corpo natural para receber o eterno, perde o maculado para conseguir o immaculado, troca o barro pelo ouro, e corôa-se com o martyrio do sangue e do amor, ou com o diuturno da penitencia e da santidade. Toda a vida humana deve ser um martyrio, ou um aggregado de virtudes e de qualidades equivalentes. O homem mau tenta conservar o fumo, que o asphyxia no inferno, não se mata nem resuscita, perverte-se e degenera, corrompe-se e materializa-se cada vez mais.

«O primeiro homem morreu no paraíso, mas conservou o cadaver da galvanisação eterna; o segundo homem perde-se no exilio, aonde morrem todos os que o preferem á patria, e renuncia-o ás suas saudades, amor e realeza.

«O homem mau tem duas degenerações: a primeira materializou-o, a segunda ha de bestialisal-o a desfigural-o, privar o ente de suas esperanças, promessas, e de toda a gloria, fraternidade e bemaventurança eterna.

«A regeneração faz o homem impassivel, e opéra muitas vezes em vida os seus beneficos e maravilhosos effeitos. O paraíso ha de exaltar e acrisolar estas sublimes virtudes, porque a humanidade santa ha de seguir até ao fim dos seculos e das gerações e conquistar pela divina misericordia todos os dotes sobrenaturaes dos corpos gloriosos.

«O homem santo será impassivel, sem dôr e sem temor, superior á natureza, e semelhante aos anjos, e comtudo pagará o seu tributo á morte por uma diuturnidade de provas pela penitencia e pelos votos mais solemnes e agradaveis ao Senhor, e por todos os sacrificios que podem exagerar e exaltar a virtude do homem.

«Muitos santos conseguiram em vida alguns dotes de impassibilidade; os authores pouco versados na sagrada theologia e nos seus arcanos, ousam asseverar que a dôr e a fome, a morte e as tribulações são consequencias necessarias da natureza humana por ser limitada, contingente, e passageira: se dissessem, que são consequencias immediatas da natureza degenerada, e penas propostas pelo Senhor ao reato, do peccado original, diriam a verdade, e fallariam ou escreveriam com exactidão, com logica e coherencia de principios.

«Se bem me lembra, Antonio Genuense cahiu no erro dos que mettem a fouce na seara alheia sem conhecimento de causa, sendo em geral mui prudente e avisado.



«S. João Baptista não bebia vinho nem cerveja, comia mel silvestre; o Stylita comia um bocado de pão só aos domingos, e permanecia sempre fixo, immovel, e levantado sobre a sua columna de dia e de noite, de verão e de inverno, annos e lustres por divino milagre.

«S. Paulo Eremita era sustentado por um corvo, comia diariamente só o que a ave do agouro podia trazer no bico, era um bolo do céu: os exemplos são innumeraveis: todos provam que a humanidade santa ha de conseguir no paraiso até o fim a impassibilidade da dôr e da fome; porque no céu não se come: os maus soffrerão lazeira e esuria no inferno, porque o mundo está condemnado ao fogo e á perdição.

«Estas verdades são dogmaticas; os herejes negam todos os milagres do divino martyrologio da santidade; obrigam-nos a fallar de nós: quando chegar o tempo da maxima profanação humana, o fiel regenerado beijará a mão que o sacrificar pelo martyrio, e desejará com elevada ambição receber pessoalmente a sua corôa em vez da outorga na communhão e na sua geral misericordia; o que se coroar pelos seus esforços, e pelo odio da tyrannia será mais ditoso e mais laureado: a morte é uma pena para o que recusa pagar a divida eterna; o que paga voluntariamente expia pelo amor divino a maxima gravidade do castigo e consegue a sua impassibilidade: o martyrio é uma virtude de communhão, as suas provas serão cada vez mais faceis e mais suaves para os santos pela união com Deus. No paraiso será um sonho e um devaneio, um magnetismo e uma transmigração voluntaria.

«A impassibilidade, a virgindade, a geração espiritual, o desejo e o voto do martyrio, o jejum completo, ou as aspirações da abstinencia e da penitencia hão de ser frequentes e geraes, admiraveis e sobrehumanas na divina providencia do paraiso: convém persuadir estes desejos e esforços, para que ninguem desanime, ou recuse a reconquista da perfeição e da pureza por julgar impossivel ou difficil o transito, ou aspero e intratavel o caminho que conduz ao summo bem.

«Eu tomei rapé com excesso por espaço de vinte annos, por conselho de medicos, e por habito, gosto, vicio ou paixão, quando principiei em Lisboa o culto soberano do sagrado lausperenne ao Santissimo Sacramento no anno de mil oitocentos e cincoenta e oito; era eu só para o exaltar, não tinha acolyto, nem ministro, dizia missa diaria, adorava duas vezes por dia com treze luzes de cera sendo uma só de azeite, rezava o officio divino, escrevia, trabalhava, compunha, e via-me na necessidade de vigiar de dia e de noite as luzes de cera e azeite que ardiam diante da divina magestade do Santissimo, e de lavar a casa da minha basilica; e por isso dormi poucas horas, e sempre vestido no decurso de dezeseis para dezeseite mezes de continua e incessante adoração, sem uma falta, e deixei o uso do rapé por decencia e reverencia até o dia de hoje sem quebra, e sem perigo, sem saudade e sem pezar.

«Minha mãi mandou pôr á minha disposição um bote de rapé no anno de 1860, em Villa Pouca, aonde eu já não adorava, nem podia dizer missa: o rapé esteve na gaveta mais de um anno; eu nunca mais abri o bote e padeci grandes dôres de dentes, que me determinaram a extrahir alguns a ferro; quando fui ao Porto offereceram-me rapé, eu não aceitei.

«Eu vivia parcamente, mas a minha mesa sempre foi abundante e até lauta; jejuava e comia carne nos dias permittidos, o melhor peixe e guisados, e todos os appetites que a boa mesa offerece: eu não procurava os seus regalos, mas não repellia nenhum dos permittidos: agora faço penitencia, e não como carne nem peixe ha mais de oito annos. Em 1860 comi carne algum tempo em pequena quantidade, mas logo a deixei e todo o peixe até agora: passei mais de um anno só com um quartilho de leite por dia e com menos de quarenta reis de pão, e com um arratel de assucar chegava para treze dias até dezeseis.

«Nunca fui apaixonado do vinho, mas não o repellia inteiramente; agora não bebo vinho, nem bebida espirituosa ha annos. Como por dia menos de 40 reis de pão, jejuo tres dias por semana, ás quartas, sextas e sabbados, e ha mais de tres annos ainda não faltei a esta disciplina de jejum nem nos dias de jornada.

«Nos outros dias tomo um café com leite, um vintem de pão, e uma quarta de assucar chega para cinco dias, e diminuo a minha sopa que consta de uma dóse de arroz com manteiga, ou com azeite segundo o dia; um arratel chega para cinco dias, e ás vezes para seis: á noite como um bocado de brôa ou de pão.

«E com esta disciplina e regular dieta trabalho, rezo, escrevo e medito ha muitos annos sem descançar nem um dia e sem interromper o trabalho, que executo de joelhos por divino milagre, ha quantos annos?

«As obras escriptas respondem por nós: muitos dias de inverno principiei a trabalhar ás duas horas da noite, e continuei a minha tarefa até ás duas horas dos seguintes, empregando mais de dezoito horas no afão da escriptura. Escrevo e rezo sempre de joelhos, e sustento-me n'esta reverente posição por mais de doze horas, dias e mezes successivos haverá um lustro, por estar na divina presença.

«A impassibilidade é o presagio do paraizo. Lucifer e a sua maldita confusão e degeneração ha de receber a honra da morte e todas as dôres que causou á humanidade com o peccado original por haver seduzido nossos paes no paraizo das delicias.

«Nenhum peccado ficará sem pena eterna, nenhuma dôr ha de extinguir-se ou aniquilar-se, perder-se, ou evaporar-se: o que é causa da causa é causa de todos os effeitos e consequencias.

«A crueldade antiga em vez de matar os reis legitimos castrava-os, tirava os olhos a outros ou punha mascaras de ferro: a actual das seitas vendeu-me para me occultar a minha genealogia e direito, e obrigou-me a seguir o estado ecclesiastico para me castrar: os seus vicios foram mais impios do que os antigos, e converteram-se contra os insanos.

«Eu seguia o estado ecclesiastico com amor, e aprendi a defender o meu direito na época propria e quando convinha: sou mal por ser do paraizo.

«Toda a minha vida é um milagre diuturno: os monstros jámais poderam privar-me da existencia; as suas conspirações

são incessantes, geraes, concentradas, diabolicas e perfidas.

«No dia dez estava para escrever a bulla quinta e não sabia sobre que havia de legislar: abri ao acaso o sagrado concilio de Trento, sahiu a sessão vigesima segunda que falla em legados apostolicos, que é o objecto da referida bulla.

«No dia oito resolvi metter sete folhas no caderno das leis, e inclui por engano só seis folhas, e chegaram e não cresceu o papel: no dia nove metti as sete folhas, e aconteceu o mesmo milagre: todas as leis e bullas são originaes sem borrão, ou copia.

«Deixo o soberano titulo no alto da folha; no dia nove aconteceu ficar em branco a lauda que precede a ultima bulla por defeito ou imperfeição do papel, e foi razão para que não crescesse, nem faltasse.

«Tenho quatro pennas de ave em exercicio de escriptura, uma é negra, e escrevo o «Impassivel» com esta: no dia nove escrevi com as quatro pennas; duas estavam já refugadas, duas eram novas, duas appareceram a um canto: eu já mandei procurar mais pennas mas não apparecem á venda: escrevo, com dous vintens d'estas pennas ha mais de quatro mezes, e com dous vintens de tinta ha mais de meio anno, e quebrou o vidro, aliás seria como a panella inexhaurivel de Elias: o resto da tinta está em um pires de porcelana que serve de tinteiro; eu só tenho dous pires, e duas chavenas.

«No tempo da usurpação de D. Miguel uma senhora chamada Rosa deu-me a effigie do tyranno, eu dei-a em Villa Pouca a um homem affeiçoado á tyrannia; o marquez de Lavradio deu-me uma veronica da Santissima Virgem Immaculada em Lisboa no anno de mil oitocentos e cincoenta e cinco, eu dei-a em Villa Pouca a uma senhora chamada Rosa.

«Visitei em Bemfica, como deputado da universidade de Coimbra, a supposta infanta D. Isabel Maria, a qual não me pagou a visita; uma irmã de Eiris visitou-me em Villa Pouca, eu fui a Eiris, e não a visitei.

«Fiz algumas visitas á supposta imperatriz do Brazil, falsa duqueza de Bragança a rogo e instancias de varios mordomos ou agentes da sua casa; a cruel jámais ousou levantar os olhos para nós: quem pagará ou satisfará estas dividas de amor e de reverencia?

«Depois que estou em Chaves vi duas raposas mortas, uma femea em Santa Maria Magdalena, um macho em Santo Amaro; tenho duas vassouras, fui servido desde o anno de mil oitocentos e sessenta por duas criadas mulatas, uma em Villa Pouca, irmã do burro cruel, outra nos banhos do lugar de Carção ou de Arcozelo: fui servido por duas criadas filhas da viuva, uma de Montenegro, outra de Chaves, aquella deu-me um guarda-chuva para a jornada que eu dei a esta, e dei um lenço de sêda á criada de Montenegro: já bati em duas, uma fugiu e não levou.

«Hontem veio o homem do leite no momento em que eu acabava a oração da manhã: hoje repetiu o mesmo mysterio.

«José Joaquim dos Reis, juiz de direito de Lisboa, condemnou

a dez annos de degredo um energumeno que dizia missa e prégava sem ter ordens, e denunciou-me a simonia que o abominavel patriarcha Guilherme commetteu em Roma: n'aquelle tempo não havia em Lisboa prelado legitimo; eu argui o antipapa, e declarei energumenos todos os seus tonsurados: o falso padre gerou todos os actuaes, mas a sua sorte ha de ser diversa: os herejes amnistiaram o nefando, não podem absolver os traficantes.

«O perfido Cassimano fallou-me cinco vezes, duas nas Necessidades, e uma em Mafra, são dous paços reaes, outra no paço das escolas, da universidade são dous paços de escolas: porque Mafra é escola militar: esteve commigo duas vezes na academia de Lisboa, no collegio dos Nobres, e no convento da academia, são duas academias, ou mais: uma em Coimbra outra em Lisboa, uma nos Nobres, outra no convento da academia das sciencias, duas de ensino, e duas normaes: porque o militar goza d'esta categoria em relação ás escolas do exercito, duas em Lisboa e duas fóra de Lisboa.

«São cinco e seis vezes: porque eu fallei uma vez ao monstro nos paços da universidade como provedor da misericórdia; elle mandou-me um recado á misericordia de Chaves pelo Antunes e pelo provedor.

«O dualismo é uma graça; a perfidia é uma abominação e um horror.»

---

## RESTAURAÇÃO DE UM DOCUMENTO HISTORICO VALIOSO

Rebello da Silva, na sua *Historia de Portugal*, reportou-se a um documento que o snr. Ferdinand Denis encontrára na bibliotheca real de Paris, relativo á historia dos motins sequentes á perda de D. Sebastião, e publicára no *Portugal pittoresco*.

O nosso historiador não trasladou o documento, com quanto fosse importante. E ajuizadamente procedeu; porque, sendo elle versão do portuguez, difficil senão impossivel seria revertel-o á fórma original. Poderia Rebello da Silva pedir o fiel traslado d'esse papel, incluso no codice n.º 10:241, e dal-o no corpo da sua historia, como testemunho das velhas regalias populares nas crises grandes de Portugal; mas dependendo isso de esmeros, pausas e minudencias que se descasam da indole peninsular, o documento ficou desconhecido, apesar da traducção do historiador francez.

E, não obstante correr ahi uma versão miserrima do *Portugal pittoresco*, o documento alli reproduzido incute suspeitas de falso, porque não tem, no torneio e na phrase, algum vestigio

do dizer portuguez de 1579.

E, todavia, não posso já duvidar que Martim Fernandes, sapateiro, e Antonio Pires, oleiro, no 1.º de junho de 1579, estando os fidalgos reunidos na igreja do Carmo para jurarem fidelidade ao cardeal-rei D. Henrique, entraram ruidosamente na assembléa, e proromperam pedindo que lhes ouvissem a falla que iam fazer em nome do povo de Lisboa.

E não duvido, porque sei o que foi a liberdade portugueza até que D. João IV começou de a jarretar á feição do seu genio despota, e porque tenho presente o discurso do mestre sapateiro, escripto ainda no mesmo papel onde lh'o deram para o decorar.

E como é bem cabido mostrar o original em face do retraduzido no *Portugal pittoresco*, sob palavra do snr. Ferdinand Denis, aqui os defronto, e ponho como advertencia aos que aceitam, sem critica, a historia que nos vem de torna-viagem.

ORIGINAL	VERSÃO
<p>Senhores. Temos sabido que algumas pessoas principaes e nobres descuidadas de suas obrigações e honras fallam de fazer cousas contra o bem commum e seguridade d'estes reinos, a que determinamos de acudir como bons portuguezes, e lembrados do que fizeram os moradores d'esta cidade no tempo d'el-rei D. João I e d'outros reis, por tanto pedimos a vm.<sup>ces</sup> como a cabeças e membros principaes d'esta republica que nos ajudem e que não percam sua honra e direito por parcialidades nem preitos particulares; que sejam vm.<sup>ces</sup> certos que para uso e para defensão de nosso direito e castigo dos inquietos portuguezes estamos promptos com 20:000 homens d'esta cidade e seus termos, os quaes ajuntaremos em duas horas sendo necessario, e poremos fogo ás casas dos que já agora começam de fallar e tratar contra o bem commum e socego d'estes reinos, o que não poremos em execução em quanto esperamos castigo e remedio por outra via.</p>	<p>Senhores. Consta-nos que varias das principaes pessoas, e alguns nobres, esquecidos das obrigações a que estão ligados, e fazendo da honra pouco cabedal, usam de uma linguagem, e praticam actos contrarios á segurança d'estes reinos. Como bons portuguezes estamos decididos a dar remedio a este mal, porque nos lembramos do que fizeram os habitantes d'esta cidade no tempo de D. João I, e no de outros monarchas. Rogamos a vossas senhorias, como primeiras pessoas da republica, que a ajudem a sustentar; e que não percam a sua honra e direito, dando orelhas á parcialidade, ou olhando a circumstancias particulares de alguns individuos. Podem vossas senhorias ficar certos de que para a defenza de nossos direitos, e castigo dos portuguezes versateis, estamos promptos a levantar-nos com 15 ou 20:000 homens d'esta cidade, e seus arredores. Se fôr necessario, duas horas bastarão para os reunir, e iremos incendiar as habitações dos que começam a fallar e a obrar contra o bem geral. Com tudo, não recorreremos a taes meios em quanto tivermos esperança de obter remedio e castigo por outro modo. Talvez conviesse lembrar isto ao estado da nobreza, assim como aos dous outros estados, para que toda a assembléa trate com plena segurança, do bem commum, e da tranquillidade d'estes reinos, sem temor da força, violencia, e de meios preventivos ou damnosos. Esperamos que mais se não attenderá á voz dos que julgam tudo impossivel, e que não querem dar nem procurar remedio a semelhantes males.</p>
<p>E pareceu-nos que deviamos de fazer esta lembrança n'este estado e nos outros dous para com mais seguridade tratarem todos do bem commum e quietação d'estes reinos sem receio de força nem violencia nem outros medos cautelosos e prejudiciaes, e para se não ouvir mais d'aqui por diante os que impossibilitam tudo sem lhe darem nem procurarem remedio, os quaes todos se deviam e devem de haver por mais suspeitosos.</p>	

O traductor, como se viu, não lhe soffreu o melindre que os dous populares tratassem de *vossas-mercês* os fidalgos, *safados* (duas vezes) á cobarde ignominia de Alcacer-quivir: deu-lhes *senhoria*. Ah! bom relojoeiro de pag. 57!

---

## A DANÇA

Gemem os prelos desde que a moral geme nos bailes.

Ha lendas medonhas, casos que eriçam os cabellos, castigos infligidos a dançarinos. Leiam na *Floresta* do padre Manoel Bernardes a lenda dos *Bailarinos*. Pois ainda ha passagens mais escandalosas e funestas, por causa das danças; mas já não ha quem as apregõe com virtuosa ira. Não ha ninguem que, ao outro dia de um baile, clame na local ou no folhetim que um scelerado ousou inclinar-se ao ouvido da donzella com quem dançava, e dizer-lhe: *vêr-te e amar-te foi obra de um momento*. Sabem todos que as phrases assim ardentes queimam as senhoras; mas ninguem propõe que os estylistas d'esta força sejam chamados ao commissariado; ou que as damas sujeitas a ouvil-os se vistam de amiantho, se Deus as não fadou com a virtude incombustivel de salamandras.

Verdade é que o transigir com os maus costumes vem de longe. Temos o exemplo de exemplares varões a quem competia pôr cobro aos bailes. Aqui tenho eu um *Tratado dos principaes fundamentos da dança*, publicado em 1767, pelo mestre d'aquella viciosa pantomima, Natal Jacome Bonem, e licenciado pelo *santo officio*, e pelo *ordinario*! Fr. Caetano de S. José, eremita augustiniano, doutor em theologia, provincial da ordem, etc., foi o encarregado de censurar oficialmente o manuscripto do *Tratado da dança*. Se este frade estivesse no prumo da sua missão, deixava-se cahir, com todo peso de sua gravidade, sobre o mestre Natal, e esborrachava-o e mais ao incendiario manuscripto.

Com bastante pejo das fraquezas d'este proximo, e para escarmento de futuros frades censores de futuras danças, reproduzo a opinião de fr. Caetano de S. José:

«Não me envergonho em obsequio do meu estado confessar ingenuamente se não estendeu para a arte de dança nem ainda a curiosidade dos meus estudos: sei que algumas especies d'esta mereceram no estabelecimento da disciplina ecclesiastica uma bem severa reprehensão e merecida prohibição fundada na solemne profissão que fazem os que pelo sacramento da regeneração se formam membros vivos de Jesus Christo e filhos espirituaes da santa Igreja; não ignoro tambem que outras tem o justo louvor com o exemplo de um rei santo como David, dançando na presença da arca do testamento. Se os preceitos da presente arte, expostos na verdade com toda a modestia se ordenarem para o uso d'estas e outras de semelhante decencia e honestidade,

*nem serão oppostos á santidade dos costumes, assim como o não são aos pontos essenciaes da nossa santa fé. É o que posso informar, etc.»*

Então que é o que informou o frade? Parece dizer que, se esta *Arte de dança* leva em vista ensinar a bailar o sarambeque que o santo rei David dançava adiante da arca, então sim, publique-se o livreco; mas, se o author intenta regambolear as tibias de suas discipulas em gavotas, cirandas e outros bailados lubricos, n'esse caso o santo officio delibere o que lhe parecer.

Ora eu já vi, em Braga, dançar o santo David. Era um *cancan* a só, um requebro desnalgado, um alçar de perna bruta e rija que, se apanhasse a arca, daria com ella na cara do sol.

Voltando ao livro do francez Natal Bonem, acho n'elle excellentes preceitos de educação que seriam, em substancia e fórma, bem cabidos n'um dos compendios do snr. João Felix Pereira. O cap. VI, por exemplo: *Do modo que as senhoras devem andar, e se deve apresentar.* (Vê-se que era mais forte em dança que em grammatica). Ahi vai o capitulo na integra. É lyrico, delicado e muito de aproveitar:

«Não duvido, que se me accuse de ignorante, e de indifferente, ou de não saber ensinar, senão aos homens; senão mostrára zelo, e attenção para a instrucção do bello sexo: ellas, que são a alma da dança, e que lhe dão todo o brilhante, que ella tem; e parece que a natureza a reveste de mais graça; porque sem a presença das senhoras a dança não está tão animada; são ellas as que fazem nascer este ardor, e nobre emulação, que se encontra entre ellas, e em nós, quando dançamos ambos, principalmente com aquellas, que executam bem este nobre exercicio; nada me parece mais agradavel em uma companhia, que de vêr dançar duas pessoas de um e outro sexo com seriedade; que de applausos, e que de gostos para os circumstantes.

«Independentemente do que se tem dito em os capitulos precedentes, que tóco igualmente a um, e a outro sexo? as mesmas reflexões são necessarias para as senhoras, ellas devem voltar os pés para fóra, estender os joelhos, ainda que muitas pessoas pretendem, que não se lhes conheçam estes defeitos, mas por tirar este engano, principalmente para as senhoras moças, que por desmazelo, ou pouca curiosidade o não façam; não quero senão o seu proprio voto, que se ponham diante de um espelho de vestir, e que ellas andem alguns passos, observando o modo de bem andar, que está escripto para os homens, e se encontrarão com outro ar, e conhecerão, que de ter a cabeça direita, o corpo fica com maior firmeza, e os joelhos estendidos, os passos são mais seguros; tenho feito uma reflexão, que me parece muito justa sobre o modo de saber levar bem a cabeça, e é que uma senhora por muito engraçada, que seja em seu modo de levar a cabeça, fará julgar differentemente de si, v. g. se ella a levar direita, o corpo bem posto, sem affectação se dirá; eis aqui uma senhora, que tem um ar muito nobre; e se se deixa ir com negligencia, se lhe chamará preguiçosa; se a deixa cahir para diante; bizonha, e se a leva muito baixa, de pensativa, e de vergonhosa; e outras muitas cousas, que não escrevo por não ser prolixo: desejo que todas as senhoras não façam o modo facil, que se vem descrever, para que não cáiam em nenhum dos defeitos, que tenho recitado.

«Para bem andar é preciso ter a cabeça direita, os hombros baixos, os braços retirados para traz, acompanhando bem o corpo; mas dobradas, as

suas mãos uma em cima da outra, com um leque na mão, e principalmente sem affectação.»

Não escrevia em estylo apocalyptico.

\*  
\* \*

Este francez que tanto polira e lapidára o bruto diamante das damas lisbonenses da côrte de D. José I, tinha uma filha esbeltissima, engraçada de todos os amavios francezes, e muito esquiva aos amores dos discipulos de seu pai, até á hora fatal em que o pé, n'um difficil passo de minuete com o deus frecheiro, lhe escorregou em ladeira de flôres, e... ella lá vai com o conde-barão d'Alvito embrenhar-se nas florestas de Cintra.

O mestre de dança bravejou, pediu vingança ás leis, ao direito internacional, ao ministro omnipotente Sebastião José de Carvalho. O ministro e as justiças sorriram, sob capa, do atribulado dançarino. O marquez de Pombal, esse então era tão caroavel de francezas, que ainda, aos 60 e tantos annos, escrevia epistolas amatorias a uma, que por signal lh'as rejeitava com phenomenal honestidade. Veja *Historia do reinado d'el-rei D. José*, pelo snr. Soriano, tom. II, pag. 649 e seg.

Natal Jacome Bonem sahiu de Portugal, e deixou a filha, quando, sobre a affronta, se viu ridiculisado pelas seguintes coplas que os fidalgos enviavam uns aos outros:

AO ROUBO DE UMA FRANCEZA FILHA DO MESTRE DOS  
MINUETES

Toda a terra falla e diz  
que roubára assim á toa  
certo Páris de Lisboa  
uma Helena de Paris;  
e que o rapto vingar quiz  
seu pai que todo se abraza  
por lhe levarem de casa,  
ainda em peça, a melhor joia;  
mas, porque não ardeu Troya,  
ficou o velho uma braza.

A Páris lhe foi forçosa  
esta eleição por estrella  
não só como grega bella,  
mas como deusa formosa.  
Como a viu tão carinhosa,  
tão bonita, tão astuta,  
tão gordita, tão enxuta,  
Páris lhe deu a maçã  
e ella gosta da fruta.

Etc.

O poema d'aqui por diante leva a crueza até ao despejo da phrase. Que tempo aquelle! Costumes de ouro! Roubava-se a filha a um forasteiro, injuriava-se o pai com obscenas gargalhadas, a vergasta da irrisão obrigava-o a transpôr as fronteiras com o coração despedaçado! Reinava D. José I, o amante da marquezia de Tavora, então viuva, e já consolada da perda do marido, que o amante lhe mandára degolar e queimar no cadafalso de Belem. Como este Portugal floresceu n'aquelles dias! O erario a traspordar de milhões e os subterraneos de lagrimas!



Comecei com danças e acabei com lagrimas. É no que as danças param ordinariamente. Ou ellas não fossem invenção do diabo, como diz o meu oratoriano Bernardes.

---

## FIM

O n.º 12 finalisa a serie das NOITES DE INSOMNIA. O favor publico esquivou-se a proteger esta empresa. Parte dos artigos publicados desagradou á maioria dos subscriptores queixosos do ranço de cousas antigas com que eu pejava as paginas de uns livrinhos mais accomodados ao recreio que á instrucção de alguns leitores mais ou menos ignorantes, se os ha.

Verdade é que eu não tinha promettido 100 paginas futeis e risonhas por mez. Lá está no 1.º numero um proemio claro e modesto. Afoutamente me desvaneço de não haver deslizado do programma a que me obriguei. *Esta serie de livrinhos—escrevi eu—ha de ser uma cadêa com elos de bronze rijos e toscos, e elos de pechisbeque flammantes e quebradiços. O bronze é a porção prestadia do opusculo, etc.*

Enganei-me.

As paginas arguidas de enfadonhas me pareciam a mim as melhores e mais estimaveis, se os que as leram as ignoravam; todavia, se eu dei como novidade em historia o que era já notorio ao leitor enfatiado, o seu tedio é natural e racional. Porém, se me replicam dizendo que se dispensam de saber as pulverreas velharias que eu lhes contei, augmenta a justiça do seu queixume; porque ninguem deve directa ou indirectamente offender a ignorancia de outrem.

Pelo quê, a todos peço desculpa, e a meu favor entremetto a illustre pessoa que me induziu a salvar da obscuridade lances da historia e dos costumes portuguezes, que se me prefiguraram prestantes na concatenação de factos, desligados por mingua de documentos desconhecidos. O mestre venerando que me moveu a não ser de todo em todo frivolo nas NOITES DE INSOMNIA chamou-se n'este mundo D. frei Manoel do Cenaculo; e as palavras que me seduziram estão impressas e rezam assim:... *Mil occorrencias funestas tem precipitado em um abysmo de perda profunda, escura, irrevogavel os trabalhos litterarios, e ainda a simples memoria de muitos varões sabios. Abateram esses miseraveis tempos as forças da curiosidade, que poderia hoje augmentar a estimação da bibliotheca lusitana, escondendo e perdendo as nossas noticias. Este é o defeito de que ainda hoje se póde formar uma justa queixa, e que fazem ignorados na verdade innumeraveis documentos, capazes de acrescentar a dignidade á nossa historia. Isto é tambem o que me excita e commove a rogar instantemente aos meus patriotas por tudo quanto é capaz e digno de não se desattender sem affronta, que se animem a publicar quanto nos faça gloria, e a mostrarem cada vez mais illustre a face dos*

*noſſos annos antigos.*

O douto prelado não conhecia *os seus patriotas*, e eu, que tão arredado vivo d'elles, ainda os conhecia menos.

Na minha pequenissima livraria ha muitos ineditos cuja publicidade não seria despecienda aos porvindouros historiographos. Ahi ficam. Meus filhos, se tiverem juizo, e armarem á benemerencia dos seus conterraneos, que os vendam a peso.

Não obstante, alguns publicistas receberam benignamente as NOITES. Entre esses, realça com particular authoridade e voto o snr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, protector caroavel e affectivo de quantos n'este paiz grangeam pão ou gloria nas lidas litterarias. Sei quanto me cumpre descontar no merito da obra elogiada, cortando tambem pela demasiada benevolencia do escriptor eminente; mas, cerceado o que ahi houve de favor, ainda me sobeja muito para gratidão e ufania.

Ao snr. visconde de Ouguella agradeço com mais sentimento que expressões as paginas formosissimas que interpoz n'estes opusculos. O CARRASCO, apenas começado, se aqui fosse concluido, viria a dar crescido valor a esta collecção; entretanto, muito grato me é ter excitado a curiosidade das pessoas intelligentes para que o visconde de Ouguella se obrigue a escrever e publicar um dos livros mais assignalados de independencia austera e sentimentos generosos, que hão de ter galardão, quando os que pelejaram sob o labaro da justiça forem chamados a testemunhar no pleito que segue o seu arrastado processo entre opprimidos e oppressores.

\*

\* \*

Ao despedir-me dos poucos subscriptores que me apertam a mão com estima e por ventura com saudade, vou fazer-lhes uma revelação que póde desairar a minha vaidade de escriptor, mas que muito faz em honra do editor das NOITES. Elle soube que a opinião publica desmentia, dormindo, o titulo da obra. Sabia que a insistencia na publicação lhe era prejudicial e desesperançada de tardio reembolso. Em fim, pagava despendiosamente e silencioso a minha dôce illusão de cuidar que entre Ponson e Eschich haveria lugar para estas brochuras nas estantes ou nas canastras de tanta gente que sahiu triumphal e erudictamente do seu exame de instrucção primaria.

Meu prezado snr. Ernesto Chardron, obrigado á sua rara e fina delicadeza!

Se as NOITES lhe foram más, eu d'este leito de rheumatismo lh'as envio boas e do coração.

FIM DO 12.º E ULTIMO NUMERO

\*\*\* END OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK NOITES DE  
INSOMNIA, OFFERECIDAS A QUEM NÃO PÓDE DORMIR. Nº  
12 (DE 12) \*\*\*

Creating the works from print editions not protected by U.S. copyright law means that no one owns a United States copyright in these works, so the Foundation (and you!) can copy and distribute it in the United States without permission and without paying copyright royalties. Special rules, set forth in the General Terms of Use part of this license, apply to copying and distributing Project Gutenberg™ electronic works to protect the PROJECT GUTENBERG™ concept and trademark. Project Gutenberg is a registered trademark, and may not be used if you charge for an eBook, except by following the terms of the trademark license, including paying royalties for use of the Project Gutenberg trademark. If you do not charge anything for copies of this eBook, complying with the trademark license is very easy. You may use this eBook for nearly any purpose such as creation of derivative works, reports, performances and research. Project Gutenberg eBooks may be modified and printed and given away—you may do practically ANYTHING in the United States with eBooks not protected by U.S. copyright law. Redistribution is subject to the trademark license, especially commercial redistribution.

START: FULL LICENSE  
THE FULL PROJECT GUTENBERG LICENSE  
PLEASE READ THIS BEFORE YOU DISTRIBUTE OR USE THIS  
WORK

To protect the Project Gutenberg™ mission of promoting the free distribution of electronic works, by using or distributing this work (or any other work associated in any way with the phrase “Project Gutenberg”), you agree to comply with all the terms of the Full Project Gutenberg™ License available with this file or online at [www.gutenberg.org/license](http://www.gutenberg.org/license).

**Section 1. General Terms of Use and  
Redistributing Project Gutenberg™ electronic  
works**

1.A. By reading or using any part of this Project Gutenberg™ electronic work, you indicate that you have read, understand, agree to and accept all the terms of this license and intellectual property (trademark/copyright) agreement. If you do not agree to abide by all the terms of this agreement, you must cease using and return or destroy all copies of Project Gutenberg™ electronic works in your possession. If you paid a fee for obtaining a copy of or access to a Project Gutenberg™ electronic work and you do not agree to be bound by the terms of this agreement, you may obtain a refund from the person or entity to whom you paid the fee as set forth in paragraph 1.E.8.

1.B. “Project Gutenberg” is a registered trademark. It may only be used on or associated in any way with an electronic work by people who agree to be bound by the terms of this agreement. There are a few things that you can do with most Project Gutenberg™ electronic works even without complying with the full terms of this agreement. See paragraph 1.C below. There are a lot of things you can do with Project Gutenberg™ electronic works if you follow the terms of this agreement and help preserve free future access to Project Gutenberg™ electronic works. See paragraph 1.E below.

1.C. The Project Gutenberg Literary Archive Foundation (“the Foundation” or PGLAF), owns a compilation copyright in the collection of Project Gutenberg™ electronic works. Nearly all the individual works in the collection are in the public domain in the United States. If an individual work is unprotected by copyright law in the United States and you are located in the United States, we do not claim a right to prevent you from copying, distributing, performing, displaying or creating derivative works based on the work as long as all references to Project Gutenberg are removed.

Of course, we hope that you will support the Project Gutenberg™ mission of promoting free access to electronic works by freely sharing Project Gutenberg™ works in compliance with the terms of this agreement for keeping the Project Gutenberg™ name associated with the work. You can easily comply with the terms of this agreement by keeping this work in the same format with its attached full Project Gutenberg™ License when you share it without charge with others.

1.D. The copyright laws of the place where you are located also govern what you can do with this work. Copyright laws in most countries are in a constant state of change. If you are outside the United States, check the laws of your country in addition to the terms of this agreement before downloading, copying, displaying, performing, distributing or creating derivative works based on this work or any other Project Gutenberg™ work. The Foundation makes no representations concerning the copyright status of any work in any country other than the United States.

1.E. Unless you have removed all references to Project Gutenberg:

1.E.1. The following sentence, with active links to, or other immediate access to, the full Project Gutenberg™ License must appear prominently whenever any copy of a Project Gutenberg™ work (any work on which the phrase “Project Gutenberg” appears, or with which the phrase “Project Gutenberg” is associated) is accessed, displayed, performed, viewed, copied or distributed:

This eBook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this eBook or online at [www.gutenberg.org](http://www.gutenberg.org). If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

1.E.2. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is derived from texts not protected by U.S. copyright law (does not contain a notice indicating that it is posted with permission of the copyright holder), the work can be copied and distributed to anyone in the United States without paying any fees or charges. If you are redistributing or providing access to a work with the phrase “Project Gutenberg” associated with or appearing on the work, you must comply either with the requirements of paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 or obtain permission for the use of the work and the Project Gutenberg™ trademark as set forth in paragraphs 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.3. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is posted with the permission of the copyright holder, your use and distribution must comply with both paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 and any additional terms imposed by the copyright holder. Additional terms will be linked to the Project Gutenberg™ License for all works posted with the permission of the copyright holder found at the beginning of this work.

1.E.4. Do not unlink or detach or remove the full Project Gutenberg™ License terms from this work, or any files containing a part of this work or any other work associated with Project Gutenberg™.

1.E.5. Do not copy, display, perform, distribute or redistribute this electronic work, or any part of this electronic work, without prominently displaying the sentence set forth in paragraph 1.E.1 with active links or

immediate access to the full terms of the Project Gutenberg™ License.

1.E.6. You may convert to and distribute this work in any binary, compressed, marked up, nonproprietary or proprietary form, including any word processing or hypertext form. However, if you provide access to or distribute copies of a Project Gutenberg™ work in a format other than “Plain Vanilla ASCII” or other format used in the official version posted on the official Project Gutenberg™ website (www.gutenberg.org), you must, at no additional cost, fee or expense to the user, provide a copy, a means of exporting a copy, or a means of obtaining a copy upon request, of the work in its original “Plain Vanilla ASCII” or other form. Any alternate format must include the full Project Gutenberg™ License as specified in paragraph 1.E.1.

1.E.7. Do not charge a fee for access to, viewing, displaying, performing, copying or distributing any Project Gutenberg™ works unless you comply with paragraph 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.8. You may charge a reasonable fee for copies of or providing access to or distributing Project Gutenberg™ electronic works provided that:

- You pay a royalty fee of 20% of the gross profits you derive from the use of Project Gutenberg™ works calculated using the method you already use to calculate your applicable taxes. The fee is owed to the owner of the Project Gutenberg™ trademark, but he has agreed to donate royalties under this paragraph to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation. Royalty payments must be paid within 60 days following each date on which you prepare (or are legally required to prepare) your periodic tax returns. Royalty payments should be clearly marked as such and sent to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation at the address specified in Section 4, “Information about donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation.”
- You provide a full refund of any money paid by a user who notifies you in writing (or by e-mail) within 30 days of receipt that s/he does not agree to the terms of the full Project Gutenberg™ License. You must require such a user to return or destroy all copies of the works possessed in a physical medium and discontinue all use of and all access to other copies of Project Gutenberg™ works.
- You provide, in accordance with paragraph 1.F.3, a full refund of any money paid for a work or a replacement copy, if a defect in the electronic work is discovered and reported to you within 90 days of receipt of the work.
- You comply with all other terms of this agreement for free distribution of Project Gutenberg™ works.

1.E.9. If you wish to charge a fee or distribute a Project Gutenberg™ electronic work or group of works on different terms than are set forth in this agreement, you must obtain permission in writing from the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the manager of the Project Gutenberg™ trademark. Contact the Foundation as set forth in Section 3 below.

1.F.

1.F.1. Project Gutenberg volunteers and employees expend considerable effort to identify, do copyright research on, transcribe and proofread works not protected by U.S. copyright law in creating the Project Gutenberg™ collection. Despite these efforts, Project Gutenberg™ electronic works, and the medium on which they may be stored, may contain “Defects,” such as, but not limited to, incomplete, inaccurate or corrupt data, transcription

errors, a copyright or other intellectual property infringement, a defective or damaged disk or other medium, a computer virus, or computer codes that damage or cannot be read by your equipment.

1.F.2. LIMITED WARRANTY, DISCLAIMER OF DAMAGES - Except for the "Right of Replacement or Refund" described in paragraph 1.F.3, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the owner of the Project Gutenberg™ trademark, and any other party distributing a Project Gutenberg™ electronic work under this agreement, disclaim all liability to you for damages, costs and expenses, including legal fees. YOU AGREE THAT YOU HAVE NO REMEDIES FOR NEGLIGENCE, STRICT LIABILITY, BREACH OF WARRANTY OR BREACH OF CONTRACT EXCEPT THOSE PROVIDED IN PARAGRAPH 1.F.3. YOU AGREE THAT THE FOUNDATION, THE TRADEMARK OWNER, AND ANY DISTRIBUTOR UNDER THIS AGREEMENT WILL NOT BE LIABLE TO YOU FOR ACTUAL, DIRECT, INDIRECT, CONSEQUENTIAL, PUNITIVE OR INCIDENTAL DAMAGES EVEN IF YOU GIVE NOTICE OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGE.

1.F.3. LIMITED RIGHT OF REPLACEMENT OR REFUND - If you discover a defect in this electronic work within 90 days of receiving it, you can receive a refund of the money (if any) you paid for it by sending a written explanation to the person you received the work from. If you received the work on a physical medium, you must return the medium with your written explanation. The person or entity that provided you with the defective work may elect to provide a replacement copy in lieu of a refund. If you received the work electronically, the person or entity providing it to you may choose to give you a second opportunity to receive the work electronically in lieu of a refund. If the second copy is also defective, you may demand a refund in writing without further opportunities to fix the problem.

1.F.4. Except for the limited right of replacement or refund set forth in paragraph 1.F.3, this work is provided to you 'AS-IS', WITH NO OTHER WARRANTIES OF ANY KIND, EXPRESS OR IMPLIED, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PURPOSE.

1.F.5. Some states do not allow disclaimers of certain implied warranties or the exclusion or limitation of certain types of damages. If any disclaimer or limitation set forth in this agreement violates the law of the state applicable to this agreement, the agreement shall be interpreted to make the maximum disclaimer or limitation permitted by the applicable state law. The invalidity or unenforceability of any provision of this agreement shall not void the remaining provisions.

1.F.6. INDEMNITY - You agree to indemnify and hold the Foundation, the trademark owner, any agent or employee of the Foundation, anyone providing copies of Project Gutenberg™ electronic works in accordance with this agreement, and any volunteers associated with the production, promotion and distribution of Project Gutenberg™ electronic works, harmless from all liability, costs and expenses, including legal fees, that arise directly or indirectly from any of the following which you do or cause to occur: (a) distribution of this or any Project Gutenberg™ work, (b) alteration, modification, or additions or deletions to any Project Gutenberg™ work, and (c) any Defect you cause.

## **Section 2. Information about the Mission of Project Gutenberg™**

Project Gutenberg™ is synonymous with the free distribution of electronic works in formats readable by the widest variety of computers including obsolete, old, middle-

aged and new computers. It exists because of the efforts of hundreds of volunteers and donations from people in all walks of life.

Volunteers and financial support to provide volunteers with the assistance they need are critical to reaching Project Gutenberg™'s goals and ensuring that the Project Gutenberg™ collection will remain freely available for generations to come. In 2001, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation was created to provide a secure and permanent future for Project Gutenberg™ and future generations. To learn more about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation and how your efforts and donations can help, see Sections 3 and 4 and the Foundation information page at [www.gutenberg.org](http://www.gutenberg.org).

### **Section 3. Information about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation**

The Project Gutenberg Literary Archive Foundation is a non-profit 501(c)(3) educational corporation organized under the laws of the state of Mississippi and granted tax exempt status by the Internal Revenue Service. The Foundation's EIN or federal tax identification number is 64-6221541. Contributions to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation are tax deductible to the full extent permitted by U.S. federal laws and your state's laws.

The Foundation's business office is located at 809 North 1500 West, Salt Lake City, UT 84116, (801) 596-1887. Email contact links and up to date contact information can be found at the Foundation's website and official page at [www.gutenberg.org/contact](http://www.gutenberg.org/contact)

### **Section 4. Information about Donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation**

Project Gutenberg™ depends upon and cannot survive without widespread public support and donations to carry out its mission of increasing the number of public domain and licensed works that can be freely distributed in machine-readable form accessible by the widest array of equipment including outdated equipment. Many small donations (\$1 to \$5,000) are particularly important to maintaining tax exempt status with the IRS.

The Foundation is committed to complying with the laws regulating charities and charitable donations in all 50 states of the United States. Compliance requirements are not uniform and it takes a considerable effort, much paperwork and many fees to meet and keep up with these requirements. We do not solicit donations in locations where we have not received written confirmation of compliance. To SEND DONATIONS or determine the status of compliance for any particular state visit [www.gutenberg.org/donate](http://www.gutenberg.org/donate).

While we cannot and do not solicit contributions from states where we have not met the solicitation requirements, we know of no prohibition against accepting unsolicited donations from donors in such states who approach us with offers to donate.

International donations are gratefully accepted, but we cannot make any statements concerning tax treatment of donations received from outside the United States. U.S. laws alone swamp our small staff.

Please check the Project Gutenberg web pages for current donation methods and addresses. Donations are accepted in a number of other ways including checks, online payments and credit card donations. To donate, please visit: [www.gutenberg.org/donate](http://www.gutenberg.org/donate)

### **Section 5. General Information About Project**

## **Gutenberg™ electronic works**

Professor Michael S. Hart was the originator of the Project Gutenberg™ concept of a library of electronic works that could be freely shared with anyone. For forty years, he produced and distributed Project Gutenberg™ eBooks with only a loose network of volunteer support.

Project Gutenberg™ eBooks are often created from several printed editions, all of which are confirmed as not protected by copyright in the U.S. unless a copyright notice is included. Thus, we do not necessarily keep eBooks in compliance with any particular paper edition.

Most people start at our website which has the main PG search facility: [www.gutenberg.org](http://www.gutenberg.org).

This website includes information about Project Gutenberg™, including how to make donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, how to help produce our new eBooks, and how to subscribe to our email newsletter to hear about new eBooks.